

**As mudanças de composição,
intensidade e duração do desemprego
urbano entre 1999 e 2009:
um olhar sobre o desemprego de longo prazo**

Pesquisa DIEESE
nº 19 - Dezembro 2011

DIREÇÃO SINDICAL EXECUTIVA

Zenaide Honório - *Presidenta* - Sindicato Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp)

Josinaldo José de Barros - *Vice-presidente* - STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Pedro Celso Rosa - *Secretário* - STI Metalúrgicas de Máquinas, Mecânicas, Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba

Alberto Soares da Silva - *Diretor Executivo* - STI de Energia Elétrica de Campinas

João Vicente Silva Cayres - *Diretor Executivo* - STI Metalúrgicas do ABC

Ana Tércia Sanches - *Diretora Executiva* - SEEB São Paulo, Osasco e Região

Antônio de Sousa - *Diretor Executivo* - STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - *Diretor Executivo* - Sindicato dos Eletricistas da Bahia

José Carlos Souza - *Diretor Executivo* - STI de Energia Elétrica de São Paulo

Mara Luzia Feltes - *Diretora Executiva* - Sindicato Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS

Roberto Alves da Silva - *Diretor Executivo* - FT em Serviços de Asseio e Conserv. Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de SP

Maria das Graças de Oliveira - *Diretora Executiva* - Sindicato Servidores Públicos Federais de PE

Tadeu Morais de Sousa - *Diretor Executivo* - STI Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico SP, Mogi e Região

DIREÇÃO TÉCNICA

Clemente Ganz Lúcio - Diretor técnico

Ademir Figueiredo - Coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira - Coordenador de relações sindicais

Nelson Karam - Coordenador de educação

Francisco J. C. de Oliveira - Coordenador de pesquisas

Rosana de Freitas - Coordenadora administrativa e financeira

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Eduardo Schneider - Iracema Kelly Castelo Branco -

Lúcia Garcia - Virgínia Donoso

Diagramação e Produção Gráfica

Caco Bisol Produção Gráfica (Márcia Helena Ramos - diagramação)

Impressão

Fabracor

Tiragem: 3 mil exemplares

ESCRITÓRIO NACIONAL

Rua Aurora, 957, 1º andar, Centro - São Paulo/SP - CEP 01209-001 - Tel.: (11) 3874-5366 - Fax: (11) 3874-5394 - en@dieese.org.br - www.dieese.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

Amazonas

Rua Duque de Caxias, 958 - sala 17 - Praça 14 de Janeiro - Manaus/AM - 69020-141
Tel.: (92) 3631-0795 - ramal 202
eram@dieese.org.br

Bahia

Rua do Cabral, 15 - Nazaré - Salvador/BA
40055-010 - Tel.: (71) 3242-7880
Fax: (71) 3326-9840 - erba@dieese.org.br

Ceará

Rua 24 de Maio, 1.289 - Fortaleza/CE
60020-000 - Tel.: (85) 3253-3962
Fax: (85) 3231-1371 - erce@dieese.org.br

Distrito Federal

Setor SHC Sul EQ 314/15 - Bloco A Sindicato
Parte A - 1º andar - Asa Sul - Brasília/DF
70383-400 - Tel.: (61) 3345-8855
erdf@dieese.org.br

Espírito Santo

Rua Caramuru, 38 - 3º andar - sala 5 - Parque Moscoso - Vitória/ES - 29015-020
Tel.: (27) 3223-3090 - Fax: (27) 3232-5000
eres@dieese.org.br

Goiás

Rua Quatro, 515 - sala 1.518 - Ed. Parthenon
Center - Centro - Goiânia/GO - 74026-900
Tel./Fax: (62) 3223-6088 - ergo@dieese.org.br

Minas Gerais

Rua Curitiba, 1.269 - 9º andar - Centro
Belo Horizonte/MG - 30170-121
Tel.: (31) 3222-9395 - Fax: (31) 3222-9787
ermg@dieese.org.br

Pará

Travessa Tiradentes, 630 - Reduto - Belém/PA
66053-330 - Tel.: (91) 3241-3008
Fax: (91) 3241-3093 - erpa@dieese.org.br

Paraíba

Rua Cruz Cordeiro, 75 - Varadouro
João Pessoa/PB - 58010-120
Tel.: (83) 3241-3674 - Fax: 3221-1139
erpb@dieese.org.br

Paraná

Rua 13 de Maio, 778 - Ed. Sevilha - sala 7
2º andar - Curitiba/PR - 80510-030
Tel./Fax: (41) 3225-2279 - erpr@dieese.org.br

Pernambuco

Rua Riachuelo, 105 - Boa Vista - Recife/PE
50550-400 - Tels.: (81) 3423-6204 - (81) 9248-5066 - erpe@dieese.org.br

Rio de Janeiro

Rua Teófilo Otoni, 52 - 8º andar
Rio de Janeiro/RJ - 20090-070
Tel.: (21) 2518-4332 - Fax: (21) 2518-4381
errj@dieese.org.br

Rio Grande do Norte

Rua João Pessoa, 265 - sala 208
Natal/RN - 59025-500
Tel./Fax: (84) 3211-2609
errn@dieese.org.br

Rio Grande do Sul

Av. Júlio de Castilhos, 596 - 8º andar - Conj. 809
Porto Alegre/RS - 90030-130
Tel.: (51) 3211-4177
Fax: (51) 3211-4710
errrs@dieese.org.br

Santa Catarina

Av. Mauro Ramos, 1.624
Florianópolis/SC - 88020-302
Tel./Fax: (48) 3228-1621
ersc@dieese.org.br

São Paulo

Rua Aurora, 957 - 1º andar - Centro
São Paulo/SP - 01209-001
Tel.: (11) 3874-5366
Fax: (11) 3874-5394
ersp@dieese.org.br

Sergipe

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 794
Aracaju/SE - 49010-410
Tel.: (79) 2107-1873
Fax: (79) 3211-0621
erse@dieese.org.br

DIEESE
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO E DURAÇÃO DO
DESEMPREGO URBANO ENTRE 1999 E 2009:
UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO**

PESQUISA DIEESE
Nº 19 - DEZEMBRO 2011

DIEESE

São Paulo, 2011

DIEESE

D419 As mudanças de composição, intensidade e duração do desemprego urbano entre 1999 e 2009: um olhar sobre o desemprego de longo prazo /Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – São Paulo : DIEESE, 2011.

72 p.

1. Mercado de Trabalho. 2. Desemprego. 3. Centro Urbano. 3. I. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. II. Título.

CDU 331.56*1999/2009*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Capítulo 1 Desemprego: interações entre as condições macroeconômicas e o mercado de trabalho entre 1999 e 2009	9
Capítulo 2 Desemprego no longo prazo: um resgate da teoria econômica do desemprego	21
Capítulo 3 O desemprego entre 2004 e 2009	41
Capítulo 4 O desemprego de longo prazo nos grandes centros urbanos brasileiros	61
CONDISERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

APRESENTAÇÃO

Em todas as áreas científicas, os debates são intensos, mas aqueles travados entre os economistas estão sob o olhar de todos. Além de ser a própria sociedade o objeto de observação e análise da economia, há, pelo menos, dois outros fatores que explicam tamanho interesse. Em geral, o pensamento econômico está em busca de uma lei geral de funcionamento das forças de produção e distribuição (do próprio capitalismo), por outro lado, as formulações econômicas têm natureza normativa, instrumentalizando, por definição, o intervir de representantes das classes sociais no processo de acumulação. Neste contexto, em que a economia real (os fatos) e o debate econômico (as teorias e recomendações políticas) atingem a vida de todos, vários temas desta disciplina se alternam na pauta política e social dos países.

Entre os temas de maior retumbância, o trabalho, ou precisamente o mercado de trabalho, parece não ser jamais esquecido – na crise, pelos impactos nos níveis de bem-estar e governabilidade da população; no crescimento, pelas pressões exercidas pelo jogo de demanda e oferta de trabalho sobre os preços e viabilidade da acumulação.

Na atualidade, em que a maioria das economias está envolvida no enfrentamento de uma crise sistêmica e, no Brasil, as autoridades econômicas seguem resistentes no propósito de animar o arcabouço produtivo nacional através de políticas de caráter expansionista, o embate de ideias se intensifica.

No cerne da questão estão os indicadores de desemprego – a incidência na população, mensurada pela taxa, e duração da aflitiva circunstância em que o trabalhador que deseja/necessita produzir se vê afastado da inserção ocupacional.

Também não deixa de ser intrigante o modo como os pensadores e gestores da economia se posicionam ante as novas perspectivas colocadas para o fenômeno do desemprego.

Afinal, diante do bom momento do mercado de trabalho brasileiro, que desde 2004 vem se recuperando da crise vivenciada nos anos 1990, a parcela de economistas que defendia a flexibilização da legislação trabalhista como a única alternativa capaz de reverter a tendência de crescimento do desemprego nos anos de maior dificuldade, em 2011, preconiza que a economia brasileira opera no pleno emprego.

O estranhamento gerado por esta linha de raciocínio é óbvio, afinal, não foi a adoção de estratégias focadas no mercado de trabalho que geraram as condições do desenvolvimento brasileiro atual, tampouco, nos últimos anos, discurso e ação centradas na desmobilização de direitos laborais ganharam espaço por aqui. Esta abordagem, ao contrário, tem sido adotada em vários países em crise, que, com isto, têm colhido apenas o aprofundamento do desemprego e da pobreza.

Já a aceitação do diagnóstico de pleno emprego requer muito mais que tolerância às nuances do debate econômico. Afinal, para além da compreensão de desemprego baixo difundida pela mídia, atingir o pleno emprego importa em aceitar que o país alcançou uma situação próxima da ideal – em que somente estão desempregados os trabalhadores que substituem uma ocupação por outra. Nesta circunstância, os níveis de subutilização da força de trabalho no Brasil teriam declinado ao patamar de uma taxa natural ou tendencial para o desemprego. Ainda, de acordo com a lógica do pleno emprego, operar a economia abaixo deste patamar seria um risco, pois a superutilização do trabalho levaria, invariavelmente, à elevação dos preços.

O controle da inflação continua a ser o objetivo central da política econômica brasileira e atrelar o desempenho do mercado de trabalho às decisões sobre o patamar da taxa de juros (principal instrumento da política econômica), além de um equívoco, poderá ser ariscado. Assim, mesmo sendo atraente ilustrar o processo de estruturação da esfera trabalhista brasileira e o sucesso de governos pelas reduzidas taxas de desemprego, em nome da precaução, deveria ser escolhido o cauteloso caminho de maior estudo sobre o tema.

Várias questões emergem quando se procura entender o desemprego no contexto do desenvolvimento recente do Brasil. Algumas dizem respeito ao reconhecimento do processo recentemente vivido, nitidamente com o propósito de construir uma síntese das ações adotadas no campo das políticas econômicas e seus resultados no âmbito do trabalho: como, em tão pouco tempo, partimos de uma situação de crise para o alcance de um momento de estruturação do mercado de trabalho urbano? Quais decisões de rota nos trouxeram até aqui? Quais orientações inspiram as diferentes rotas que o país adotou e pode seguir adotando?

Outras problematizam o desempenho do mercado de trabalho no contexto atual, com o objetivo de compreender o fenômeno do desemprego hoje no país – realmente é possível um país de mercado de trabalho nitidamente desigual e desequilibrado em 10 anos se igualar às nações desenvolvidas? O desemprego reduzido existente hoje no país se transformou qualitativamente? O desemprego menor revela problemas antes não vistos? E, novas oportunidades para a intervenção pública no mundo do trabalho surgiram?

Instigantes pela capacidade de mobilização de novos entendimentos, bem com de novas modalidades de políticas do trabalho e desenvolvimento, estas questões deveriam orientar uma agenda de estudos e debates.

Contribuir para que estas questões sejam respondidas é o propósito do presente estudo que, assim, busca qualificar a interpretação de relações ocultas nos números que mensalmente o DIEESE divulga através do Sistema PED. Para tanto, o estudo está organizado em quatro seções. A primeira é dedicada ao levantamento das condições e políticas macroeconômicas na década de mudança do mercado de trabalho; a segunda, à sistematização das abordagens teóricas que vêm inspirando as políticas econômicas adotadas no Brasil há décadas. Em conjunto, estas etapas do trabalho buscaram contextualizar o ambiente e as opções que conformaram a década 1999-2009.

A segunda parte do estudo analisa o desemprego: na terceira seção é feita a descrição das alterações que ocorreram na composição do desemprego nos últimos anos, enquanto, na quarta, é focalizada a sua duração.

CAPITULO 1

DESEMPREGO: INTERAÇÕES ENTRE AS CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS E O MERCADO DE TRABALHO ENTRE 1999 E 2009

O mercado de trabalho brasileiro, nos últimos anos, vem passando por transformações profundas e de amplo alcance, capazes de alterar a tendência da taxa de desemprego.

O mercado de trabalho mudou durante o período de 1999 a 2009¹. A década de 1990 foi caracterizada pela crise do emprego, pelo crescimento da taxa de desemprego em decorrência da baixa capacidade de gerar postos de trabalho e da elevação da oferta da força de trabalho, com destaque para a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho. Já a partir de 2004, verifica-se um aumento do nível de emprego, com a demanda por trabalho crescendo mais rapidamente do que a oferta de trabalho, o que resultou em queda da taxa de desemprego para patamares bastante baixos frente àqueles registrados no passado recente.

As condições macroeconômicas seriam responsáveis por essa transformação da dinâmica do mercado de trabalho na última década. A concepção subjacente a essa análise consiste em considerar que as oscilações da taxa de desemprego são decorrentes de flutuações da produção em que o ambiente macroeconômico e a política econômica adotada pelo governo são palavras-chave para o entendimento desse processo.

O reaparecimento do desemprego como um problema cadente nos países desenvolvidos leva à reflexão sobre a estrutura e tendências do mercado de trabalho no Brasil, evidenciando-se o surgimento de uma nova relação entre crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a capacidade de geração de emprego.

Cenário macroeconômico

Nos anos 90, adotou-se, para a economia brasileira, um modelo de inserção internacional subordinada à racionalidade dos mercados financeiros globais. A globalização era vista pelas autoridades brasileiras como a única solução para superar a instabilidade monetária e retomar o desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, a concretização deste rumo seria feita por meio da adoção de um conjunto de reformas estruturais, como a reforma gerencial e redução do tamanho do Estado, abertura comercial e financeira, privatização de empresas estatais. No mercado de trabalho, a desregulamentação era defendida como a única alternativa capaz de frear o crescimento do desemprego.

1. Os dois anos que delimitam o período expressam também momentos de quebras estruturais. O primeiro ficou conhecido pela crise na política de câmbio, que marcou a política anti-inflacionária do Plano Real; o segundo, pela crise financeira internacional desencadeada no final de 2008.

A política
macroeconômica
de 1994 a 1998
era voltada para o
controle inflacionário
por meio da
âncora cambial.

A estabilidade monetária foi alcançada em 1994 com o Plano Real², mas a política econômica adotada desde então não conseguiu promover o crescimento econômico de forma sustentada. O padrão de crescimento econômico do Brasil ficou conhecido como o *stop and go*, devido ao fato de os períodos de retomada do crescimento econômico serem sucessivamente substituídos por desaceleração e/ou queda da atividade econômica.

Pós-inflação, a trajetória de crescimento que a economia brasileira desenhou entre 1993 e 1997 foi interrompida no biênio 1998-1999, com o esgotamento do arranjo que sustentava o Plano Real e resultara na artificial valorização da moeda do país. O retorno ao caminho do crescimento, definido em fevereiro de 1999, passou pela radical desvalorização do câmbio, pela adoção de um sistema de bandas para o gerenciamento das relações entre real/dólar, pilotado pelo Banco Central.

Uma nova desaceleração econômica ocorreria no período 2002-2003, tendo por núcleo uma crise de expectativas – forma tomada pela resistência do mundo financeiro à ascensão do ex-operário e líder sindical, Lula, à Presidência da República. A superação de temores em relação a quebras de contrato e inflexões radicais na condução macroeconômica, por sua vez, foi alcançada com a demonstração de uma postura cautelosa e prudente. O governo, recém-estabelecido, apenas de modo gradual e secundário definiu novos objetivos.

A confluência de resultados positivos, da gestão interna e do ambiente internacional favorável fizeram do período compreendido entre 2004 e 2008 o mais próspero dessa década, propiciando melhoria dos indicadores sociais e redução do desemprego. Esse bom desempenho, entretanto, foi ameaçado em 2009 com a eclosão da grande crise financeira internacional que teve início no mercado imobiliário norte-americano.

À primeira onda da crise sistêmica da era financeira capitalista, o Brasil reagiu com medidas expansionistas, colhendo frutos imediatos: já em 2010 ocorreu expressiva recuperação econômica do país, com crescimento de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, em virtude dos desdobramentos da crise financeira internacional – que se mostrou duradoura, adentrando uma fase em que o elevado endividamento dos países europeus e dos Estados Unidos erguem obstáculos à retomada da saúde econômica das nações – a economia brasileira dá sinais de desaquecimento.

Política econômica

Desde os anos 1970, o principal objetivo da política econômica do Brasil tem sido o controle da inflação. A estabilidade monetária, tão almejada desde os anos finais do regime ditatorial, só foi alcançada em 1994, com o Plano Real, após muitos experimentos e exigindo um grande arranjo de política macroeconômica.

O entendimento das bases da gestão econômica nacional, entretanto, exige uma distinção entre a política adotada entre 1994 e 1998 e a implementada a partir de 1999.

A política macroeconômica de 1994 a 1998 era voltada para o controle inflacionário por meio da chamada *âncora cambial*. O câmbio era mantido valorizado, o que, associado ao processo de abertura comercial com redução das alíquotas de importação, aumentava a concorrência da produção nacional com os produtos estrangeiros e forçava a queda dos preços internos.

Esse arranjo de política econômica gerou elevado déficit no balanço de pagamentos e aprofundou o processo regressivo da indústria brasileira, devido à abertura comercial realizada de

2. O Plano Real – da mesma forma que os planos de estabilização de preços dos principais países da América Latina feitos sob orientação do Consenso de Washington – teve como principais medidas: desregulamentação financeira, abertura comercial, políticas de ajuste fiscal, austeridade monetária e privatização.

maneira rápida, sem planejamento e carente de uma estratégia consistente de desenvolvimento econômico. A indústria de transformação brasileira destruiu postos de trabalho e perdeu mais de 50% de participação na produção nacional. O resultado foi um baixo e instável crescimento econômico, com forte crescimento da taxa de desemprego, da precariedade das relações de trabalho, da concentração de renda e aumento da pobreza.

Além de resultados sociais nefastos, tal arranjo de política econômica se revelou insustentável, o que ficou nítido no final de 1998, após o movimento de especulação contra a moeda nacional³. A correção deste arranjo ocorreu em janeiro de 1999, quando o câmbio foi desvalorizado e passou a flutuar de acordo com o movimento da conta de capitais e da capacidade de intervenção do Banco Central no mercado de divisas.

Com o fim da âncora cambial, o controle da inflação passou a ser realizado através do sistema de metas de inflação, no qual a taxa de juros é o principal instrumento de política monetária para atingir os objetivos pré-estabelecidos para o nível geral de preços. Essa situação agregou novos problemas ao mundo produtivo e do trabalho, pois, além de desestimular o investimento produtivo, a elevação da taxa de juros afetou negativamente as contas públicas, na medida em que aumentou os gastos com encargos da dívida pública. Como garantia de pagamento do serviço da dívida, o governo passou a estipular metas para o superávit primário.

Essa tem sido a base da política econômica que perdura até o momento. Algumas alterações, entretanto, passaram a ser operadas com cuidado pelo governo.

Em 2003, a economia brasileira ainda sentia o reflexo da crise de expectativa do Governo Lula, que desencadeara um processo de desvalorização cambial e elevação de preços. Para vencer a desconfiança, o governo se comprometeu a manter a base da política macroeconômica com elevada taxa de juros e superávit primário. Contudo, a partir de 2004 podem ser observadas algumas alterações na condução da política macroeconômica, com impacto positivo sobre a atividade econômica e o comportamento do mercado de trabalho.

A significativa melhora das condições macroeconômicas observadas a partir de 2004 é decorrente de alterações no eixo secundário da política macroeconômica:

- Na política monetária, verifica-se um aumento contínuo das operações de crédito no sistema financeiro nacional. O volume de crédito, em 2004, representava 24% do PIB e, em 2010, esse índice alcançou 46,4% da produção nacional, ou seja, quase dobrou em seis anos. Entre as operações de crédito, destaca-se o financiamento imobiliário, sobretudo após o Programa Minha Casa Minha Vida, que procura reduzir o déficit habitacional do país.
- O aumento dos gastos públicos com investimento e programas sociais tem papel de destaque na política fiscal. A formação bruta de capital fixo passou de 15,3% do PIB, em 2004, para 18,4%, em 2010. O aumento do investimento ocorre tanto no setor público quanto no privado, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem contribuído para esse resultado.
- Em relação aos programas sociais, a referência tem sido o programa de transferência direta de renda conhecido como *Bolsa Família*, que foi ampliado de 3 para 11 milhões de famílias atendidas entre o período de 2004 a 2010. Os recursos destinados ao *Bolsa Família* são convertidos diretamente em aumento de consumo que, associado à política de valorização do salário mínimo que apresentou ganho real acumulado de 44% de 2004 a 2010, tem se mostrado uma fonte importante de demanda agregada e de dinamismo da atividade econômica.

3. Essa onda de especulação era decorrente da instabilidade do mercado financeiro internacional que afetou diversas economias da Ásia, América Latina, Europa e Estados Unidos ao longo do período de 1997 a 2002.

Com o fim da âncora cambial, o controle da inflação passou a ser realizado através do sistema de metas inflacionárias.

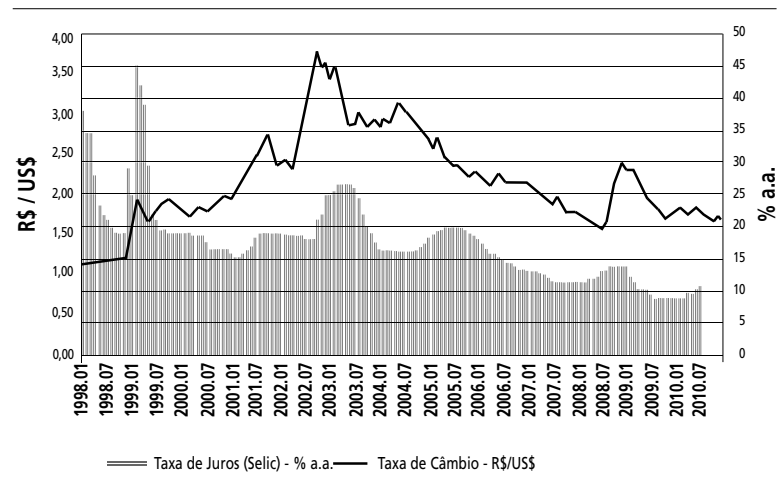
A elevação da taxa de juros promove a redução de demanda agregada e aumenta a concorrência dos produtos estrangeiros, com a valorização do câmbio, afetando assim o comportamento dos preços internos.

Inflação, política monetária e cambial

Em julho de 1999, entrou em vigor o sistema de metas de inflação configurando a interdependência entre a política monetária e cambial. O sistema consiste na definição, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de uma meta de inflação a ser alcançada, enquanto o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BCB) determina a taxa básica de juros que deve permitir chegar a essa meta de inflação. A medida oficial adotada para a inflação é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a taxa básica de juros é denominada de Sistema Nacional de Liquidação e Custódia (Selic).

Com o sistema de metas de inflação, o aumento da taxa de juros (chamada de Taxa Selic) passou a ser o principal instrumento de política monetária para controlar o processo inflacionário. Isso porque, a elevação da taxa de juros afeta os preços internos de duas formas: a primeira é a redução da demanda agregada; a segunda, o aumento da concorrência dos produtos estrangeiros em decorrência da valorização da taxa de câmbio. Este arranjo de política macroeconômica tem provocado uma interdependência cíclica entre taxa de juros e taxa de câmbio, no qual o movimento da taxa de juros passa a ser subordinado às flutuações do fluxo de divisas (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Comportamento da Taxa de Juros X Taxa de Câmbio
Brasil – 1998-2010



Atividade econômica

Reagindo à gestão da política, a atividade econômica se comportou de modo bastante distinto ao longo da década encerrada em 2009.

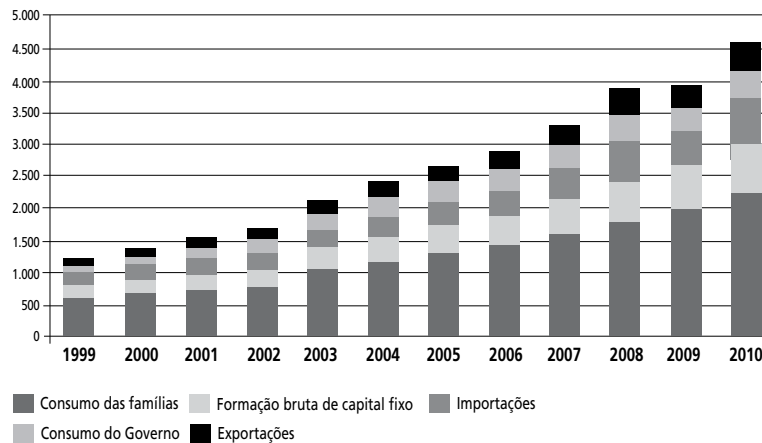
Em 1999, a economia brasileira enfrentou uma crise financeira externa e interna, que resultou na desvalorização da moeda nacional e estagnação da produção em 0,3%. A depreciação da taxa de câmbio estimulou o crescimento das exportações que, associado ao aumento dos

preços internacionais das *commodities*, passou a constituir o principal fator de dinamismo da economia, com elevações de 4,3% em 2000, 1,3% em 2001 e 2,7% em 2002.

Esse ensaio de recuperação da economia foi interrompido pela crise de expectativas do Governo Lula, em 2003. A elevação do risco país e a saída de capitais provocaram um processo de depreciação cambial, aumento inflacionário e elevação da taxa de juros, que se traduziu em queda dos investimentos e do nível de atividade econômica. A taxa média anual de crescimento do PIB no período de 1999 a 2003 foi de apenas 1,94%.

Entre 2004 e 2008, a taxa média anual de crescimento da produção se elevou para 4,84% – ou 3,93%, quando considerado o ano de 2009 – como consequência da crise internacional para o Brasil. O fato é que a economia brasileira experimentou um miniciclo de crescimento econômico a partir de 2004, apoiado, sobretudo, no consumo das famílias e na elevação dos investimentos verificados pela formação bruta de capital fixo (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Componentes do PIB pela Ótica da Despesa
Brasil – 1999 a 2010 (em milhares de R\$)



Fonte: Ipeadata
Elaboração: DIEESE

Esta expansão recente da atividade econômica foi atribuída à melhoria das condições macroeconômicas da economia brasileira, decorrente de maior estabilidade econômica nos cenários externo e interno. A estabilidade no cenário internacional⁴ traduziu-se em aumento do fluxo de capitais para o Brasil e na consequente valorização cambial, o que viabilizou uma suave queda da taxa básica de juros, mantendo a inflação sob controle.

No cenário interno, as políticas de transferência de renda e valorização do salário mínimo injetaram recursos na economia e, associadas à redução da taxa de juros e ao aumento do crédito, possibilitaram o crescimento da demanda agregada pois permitiram a elevação do consumo. Desde então, o gasto das famílias passou a ser o principal fator de dinamismo da atividade econômica.

4. Após as sucessivas crises financeiras de 1997 a 2002, a economia internacional passou por uma fase de calma até 2008, quando a crise financeira norte-americana se espalhou para as demais economias.

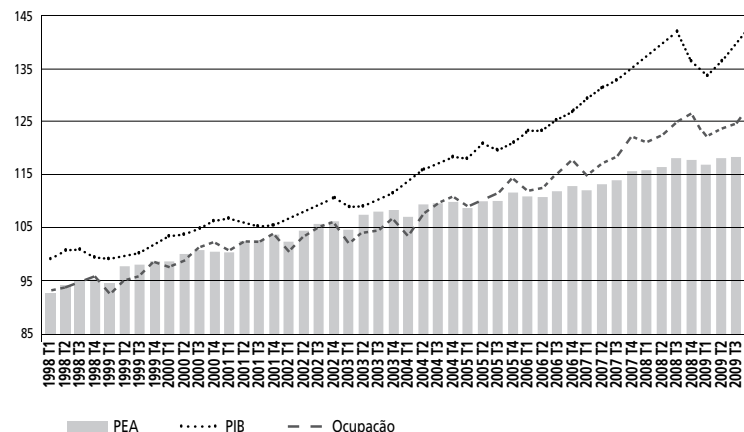
Se de 1999 a 2003 a taxa de crescimento médio foi de 1,94%, entre 2004 e 2008 chegou a 4,84%.

As políticas de transferência de renda e valorização do salário mínimo injetaram recursos na economia e permitiram que os gastos das famílias fossem o principal fator de dinamismo da atividade econômica.

PESQUISA DIEESE

O aumento da produção nacional foi fundamental para a geração de oportunidades ocupacionais e recuperação do mercado de trabalho. A partir de 2004, a ocupação cresceu em ritmo superior à elevação da População Economicamente Ativa (PEA), determinando a redução do desemprego (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Evolução do PIB nacional trimestral e das Populações Metropolitanas Economicamente Ativa e Ocupada
Brasil e Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ – 1998 a 2009 (Base 100 = média de 1998)



Fonte: Ipeadata e Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
 Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal

A inspiração para recente experiência de gestão econômica brasileira pode ser encontrada nas teorias desenvolvidas pelos economistas John Maynard Keynes e Michal Kalecki. Ambos atribuíram às políticas de elevação da demanda efetiva a função de estímulo ao crescimento econômico e criação de empregos. Kalecki sugeriu ainda que políticas de redistribuição da renda, em prol dos trabalhadores de baixa renda, seriam mais eficazes para elevar o nível de produção e reduzir o desemprego.

A dinâmica do mercado de trabalho

A crise marcou o mercado de trabalho brasileiro na década de 1990. No maior centro urbano do país, a Região Metropolitana de São Paulo, chegou a registrar, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo Sistema PED, praticamente, a marca de 20,0%, em 1999.

O desempenho do mercado de trabalho refletia, sobretudo, a baixa capacidade de geração ocupacional da economia brasileira, o que era agravado pelo ritmo de expansão da população economicamente ativa (PEA). A abundância de oferta de mão de obra provinha do ingresso de novas pessoas no mercado, que se juntavam aos desempregados já existentes, buscando uma inserção para complementar ou substituir rendimentos perdidos por familiares no contexto da crise laboral. Para esse quadro, concorria ainda a chegada à vida produtiva de jovens gerados 20 anos antes (*baby boom* dos anos 1960) e a eclosão do movimento de incorporação de mulheres ao mundo do trabalho.

No campo das decisões do capital, as empresas reestruturaram os processos produtivos com uso crescente de estratégias de racionalização e enxugamento da mão de obra e de terceirização de atividades. Essas medidas resultaram na perda de importância do trabalho assalariado formal na estrutura do mercado de trabalho no Brasil em todos os setores, em especial no setor industrial.

A partir de 2004, o mercado de trabalho brasileiro passou a apresentar uma nova dinâmica cuja origem está centrada no comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) e na expansão do investimento. A recuperação do mercado pode ser observada a partir do crescimento do número de ocupados em todas as regiões metropolitanas e no Distrito Federal, conforme dados do Sistema PED (Tabela 1).

TABELA 1
Estimativa do número de ocupados
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999, 2003, 2004, 2008 e 2009

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Estimativas Médias (em 1.000 pessoas)					Variação Anual Média (%)		
	1999	2003	2004	2008	2009	2003/1999	2008/2004	2009/2004
Total	13.112	14.362	14.814	17.000	17.149	2,2	3,4	3,1
São Paulo	7.233	7.808	8.054	9.042	9.063	2,9	4,3	3,7
Belo Horizonte	1.609	1.821	1.876	2.244	2.245	3,8	5,0	4,7
Porto Alegre	1.344	1.476	1.518	1.764	1.790	2,2	3,7	3,2
Salvador	1.042	1.201	1.262	1.466	1.475	0,7	4,0	3,7
Recife	1.143	1.190	1.189	1.370	1.420	3,1	3,2	3,5
Distrito Federal	741	866	916	1.114	1.155	2,0	3,0	2,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração DIEESE

Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Entre 1999 e 2003, a média anual de crescimento da ocupação para as regiões investigadas pelo Sistema PED era de 2,2%. Para o período 2004-2008, o mesmo indicador atingia 3,4% e, quando incorporado o ano de 2009, correspondia a 3,1%, em decorrência dos desdobramentos da crise financeira mundial.

O crescimento ocupacional ocorrido em 10 anos atingiu todos os setores de atividade, mas, incidiu com maior intensidade na construção civil. Se entre 1999 a 2003, o setor ficou estagnado, registrando uma taxa de 0,1% de crescimento anual, a partir de 2004, passou a crescer a uma taxa de 7,1% a.a., intensidade mantida até 2008. Esse índice ainda aumentou para 7,4% no período de 2004 a 2009 (Tabela 2). Foi o único setor de atividade econômica

TABELA 2
Distribuição dos Ocupados por Setores de Atividade Econômica
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999-2009 (em %)

Setores da atividade econômica	1999	2003	2004	2008	2009	Variação Anual Média		
						2003/1999	2008/2004	2009/2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,2	3,4	3,1
Indústria	16,2	15,9	15,9	15,8	14,7	2,0	3,2	2,0
Comércio	16,5	16,3	16,4	16,3	16,1	1,8	3,4	3,0
Serviços	51,5	52,8	53,1	53,7	54,5	2,9	3,8	3,5
Construção Civil ⁽²⁾	5,6	5,2	4,9	5,6	6,2	0,1	7,1	7,4
Outros Setores ⁽³⁾	10,2	9,8	9,7	8,6	8,5	1,3	0,6	0,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Elaboração DIEESE

Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo; (2) Inclui reformas e reparações de edificações;

(3) Incluem serviços domésticos e outros setores de atividade não mencionados

A crise marcou o mercado de trabalho brasileiro na década de 1990. Na Região Metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego chegou, segundo a PED, praticamente a 20,0%, em 1999.

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
URBANO ENTRE 1999 E 2009:
UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

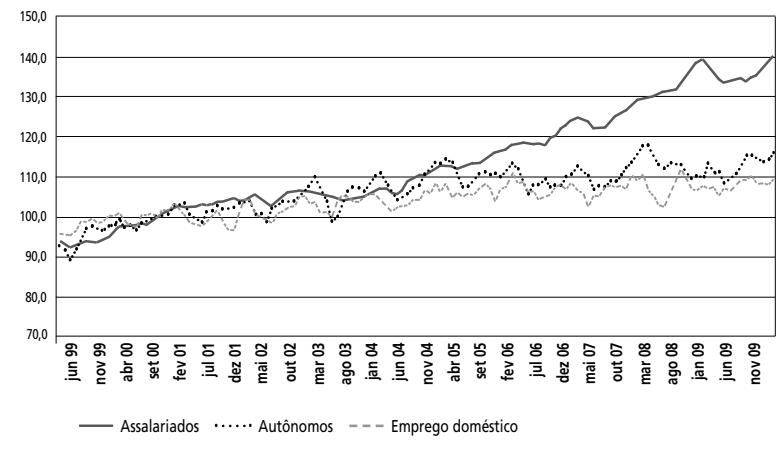
O motor do crescimento pós 2004 foi a construção civil.

que seguiu contratando em 2009, enquanto todos os outros registraram crescimento das demissões. Esse bom desempenho da construção civil se deveu ao aumento do crédito no segmento imobiliário e ao Programa Minha Casa Minha Vida que tem por objetivo reduzir o déficit habitacional no Brasil e vem subsidiando a compra da casa própria para a população de baixa renda.

O setor de serviços é responsável por mais da metade dos ocupados no período analisado e a criação de novos postos de trabalho seguiu expandindo a uma taxa de 3,8% de 2004 a 2008. Por outro lado, o setor industrial vem, historicamente, perdendo participação no total de ocupados, mas ainda assim apresentou crescimento a partir de 2004. Por outro lado, foi o setor mais atingido pela crise de 2009.

Outra característica da nova dinâmica do mercado de trabalho reside no aumento do trabalho assalariado. Enquanto na década de 1990 se observava queda na ocupação com renda assalariada e crescimento do trabalho autônomo como resultado dos processos de reestruturação da produção e da terceirização, a partir de 2004 verifica-se uma reversão desse cenário. O trabalho assalariado passa a apresentar forte ritmo de crescimento, enquanto o trabalho autônomo e o doméstico seguem em queda (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Índice do número de ocupados, segundo formas de inserção
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999-2009 (Índice: média de 2000 = 100)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Os trabalhadores assalariados, nas seis regiões acompanhadas, representavam 61,0% dos ocupados em 1999 e atingiram 67,1% dos ocupados, em 2009. Isso significa um aumento de 52% no total de trabalhadores assalariados em 10 anos (4.058 mil pessoas). O aumento da ocupação formal assalariada foi acompanhado por reduções dos autônomos, empregados domésticos e outros tipos de ocupações. Os autônomos respondiam por 19,7% das ocupações em 1999, e passaram a corresponder a 17,9% no final de 2009.

Esses indicadores sugerem que o mercado de trabalho brasileiro, nos últimos 10 anos, apresenta um processo de reversão da precarização das relações de trabalho presente na década de 1990. O fato de o aumento do assalariamento estar concentrado no setor privado e no trabalho com carteira assinada corrobora essa hipótese.

Entre 1999 e 2009, a ocupação no setor público caiu de 11,5% para 10,9% dos ocupados, enquanto no setor privado, os trabalhadores assalariados que inicialmente representavam 49,5% do total, passaram a ser, 10 anos depois, 56,2%. Cabe destacar que a intensificação da fiscalização do mercado formal de trabalho por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) contribuiu para a ocorrência dessa formalização. Também os incentivos fiscais criados com a implantação do Simples Nacional, em 2007, estimularam as microempresas e pequenas empresas a saírem da informalidade, e a formalizarem o vínculo dos trabalhadores. No entanto, também houve forte geração de novos postos de trabalho com vínculo formal. Esses movimentos podem ser observados na Tabela 3.

TABELA 3
Distribuição dos Ocupados e variação da ocupação, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999-2009 (em %)

Posição na ocupação	1999	2003	2004	2008	2009	Variação Anual Média		
						2003/1999	2008/2004	2009/2004
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,2	3,4	3,1
Assalariados - total	61,0	62,2	62,7	66,8	67,1	2,5	5,1	4,5
Assalariados - setor privado	49,5	51,0	51,3	55,9	56,2	2,6	5,8	5,1
Com carteira assinada	38,2	39,0	39,1	44,6	45,9	2,3	6,7	6,2
Sem carteira assinada	11,3	12,1	12,2	11,4	10,3	3,8	2,5	1,2
Assalariados - setor público	11,5	11,1	11,4	10,9	10,9	2,2	2,1	2,0
Autônomo	19,7	20,0	20,0	18,0	17,9	3,3	0,6	0,9
Empregados Domésticos	9,3	8,9	8,7	7,8	7,8	1,3	0,8	1,0
Outros ⁽²⁾	10,0	8,9	8,6	7,4	7,2	-0,5	0,0	-0,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial etc.

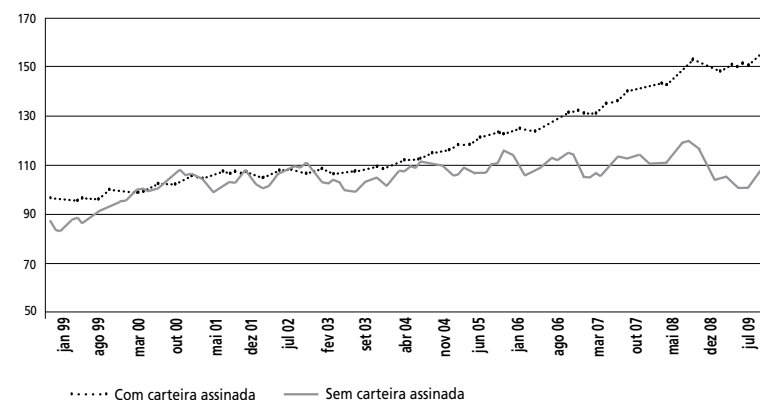
Obs.: As projeções populacionais da PED-RMSP foram atualizadas (ver nota técnica nº 10 da PED-RMSP)

Como se pode perceber, uma característica relevante da nova dinâmica do mercado de trabalho reside no fato de que o aumento da ocupação tem se dado no setor privado com a geração de empregos assalariados formais, o que representa uma enorme diferença na dinâmica do mercado de trabalho frente a registrada na década de 1990. Essa nova dinâmica contribuiu para o crescimento econômico sustentado, na medida em que aumentou o contingente de trabalhadores com rendimentos mais estáveis e que têm acesso aos benefícios sociais consagrados nas leis laborais do país – como a seguridade social, a poupança mantida em nome do empregado representada pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTAS) e o seguro-desemprego, entre outros (Gráfico 5).

Entre 1999 e 2009, no setor privado, os trabalhadores assalariados que inicialmente representavam 49,5% do total, passaram a ser, 10 anos depois, 56,2%.

O comportamento do desemprego nos anos 1990 resultou da estagnação do crescimento da ocupação e do aumento de 2,2% da PEA no período.

GRÁFICO 5
Índice do número de ocupados no setor privado, segundo registro em carteira - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999-2009 (Índice: média de 2000 = 100)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

O comportamento do desemprego

Na década de 1990, o rápido crescimento da taxa de desemprego resultou de dois fatores. De um lado, verificou-se a estagnação da expansão da ocupação em 0,6% no período entre 1990 a 1999, como reflexo da diminuição do total de postos de trabalho, principalmente no setor industrial, e da incapacidade da economia de abrir novas vagas, dado o baixo crescimento econômico da época. De outro, o crescimento da PEA manteve-se elevado em 2,2% nesse mesmo período. Esses fatores contribuíram para caracterizar a década de 1990 como uma época de crise do mercado de trabalho urbano no Brasil.

A análise do comportamento da taxa de desemprego no longo prazo, proposta nesse estudo, compreende o período de 1999 a 2009. Para se entender a dinâmica registrada ao longo desses anos, a análise foi dividida entre uma etapa que vai de 1999 a 2003 (em que a taxa de desemprego apresenta grandes oscilações, mas sem uma tendência definida) e outra entre 2004 e 2009 – em que a queda da taxa de desemprego se apresenta de forma clara.

O comportamento da taxa de desemprego até 2003 reflete a instabilidade macroeconômica do Brasil, que sofreu com as crises internacionais e a política econômica adotada pelo Plano Real e cujo resultado foi a desvalorização cambial em 1999. Depois, no biênio 2002-2003, a economia passou por uma crise de expectativas quanto à possível eleição e ao Governo Lula. Cabe destacar que os efeitos da desvalorização cambial só começaram a aparecer no segundo semestre de 2003, com o aumento das exportações brasileiras. A partir de 2004 e até 2008, a economia passou por relativa estabilidade macroeconômica. A taxa de crescimento média anual do PIB entre 2004 a 2008 foi de 4,84%, enquanto entre 1999 e 2003 havia sido de apenas 1,94%.

Nos últimos 10 anos analisados, percebe-se que os fatores demográficos pressionaram menos a taxa de desemprego, devido à estabilidade da taxa de participação - que dimensiona o ritmo de incorporação da população no mercado de trabalho⁵. Em 1999, a taxa de

5. Taxa de participação = População Economicamente Ativa *100/População em Idade Ativa.

participação alcançou o patamar de 60,1%, e, em 2009, avançara apenas para 61,0%. Esse comportamento sugere que a taxa de desemprego tem a variação determinada mais pela expansão da ocupação do que pelo desempenho da PEA (Tabela 4).

A média anual de expansão da ocupação foi de 2,2% entre 1999 e 2003 e de 3,1% entre 2004 e 2009. Essa evolução na geração de postos de trabalho provocou significativa queda no número de desempregados nas mais importantes regiões metropolitanas do país. Entre 1999 e 2003, o número de trabalhadores desempregados aumentou 25,4%, o que representa um crescimento médio de 4,6% a cada ano. A partir de 2004, a dinâmica se inverteu. A queda acumulada no contingente de trabalhadores desempregados entre 2004 e 2008 foi da ordem de 28%, o que significa que o número de desempregados teve redução de 7,0% ao ano nesse período. Cabe destacar que esse índice cai para 5,7% se incluir também 2009 (Tabela 5).

A média anual de expansão da ocupação foi de 2,2% entre 1999 e 2003 e de 3,1% entre 2004 e 2009.

TABELA 4
Taxa de Participação e de Desemprego por tipo e respectivas variações
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999-2009 (em %)

Taxas ⁽¹⁾	1999	2003	2004	2008	2009	Variação Anual Média		
						2003/1999	2008/2004	2009/2004
Taxa de Participação	60,1	61,5	61,5	61,5	61,0	0,6	-0,1	-0,2
Taxa de Desemprego Total	20,2	20,8	19,7	14,2	14,3	2,0	-8,7	-7,3
Aberto	12,4	13,1	12,4	9,6	10,0	3,0	-6,9	-5,4
Oculto	7,8	7,7	7,4	4,6	4,3	1,1	-11,4	-10,5
Pelo Trabalho Precário	5,3	5,1	5,0	3,1	2,8	1,3	-11,1	-10,2
Pelo Desalento	2,6	2,6	2,4	1,5	1,4	3,2	-11,1	-10,0

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo
Obs.: As projeções populacionais da PED-RMSP foram atualizadas (ver nota técnica n° 10 da PED-RMSP)

TABELA 5
Estimativas da População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e População Inativa
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999-2009 (em %)

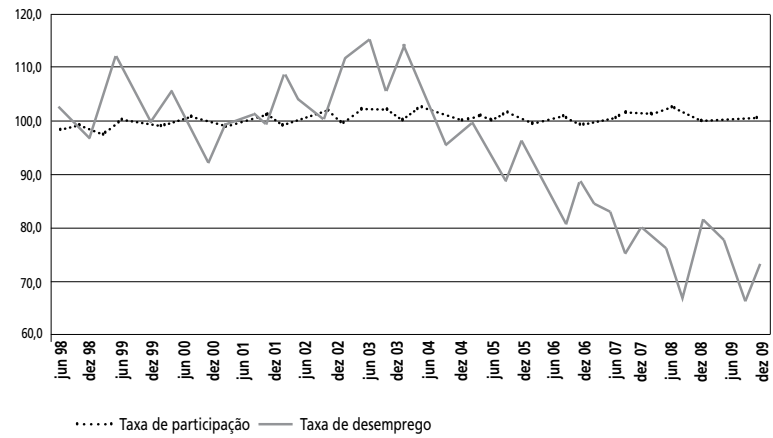
Indicadores	Estimativas Médias (em 1.000 pessoas)					Variação Anual Média (%)		
	1999	2003	2004	2008	2009	2003/1999	2008/2004	2009/2004
PIA	27.346	29.482	30.019	32.213	32.797	1,9	1,8	1,8
PEA	16.434	18.121	19.459	19.816	20.002	2,6	1,7	1,6
Ocupados	13.112	14.362	14.814	17.000	17.149	2,2	3,4	3,1
Desempregados	3.322	3.760	3.646	2.837	2.642	4,6	-7,0	-5,7
Inativos	10.912	11.361	10.560	12.397	12.795	1,0	2,0	2,1

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo
Obs.: As projeções populacionais da PED-RMSP foram atualizadas (ver nota técnica n° 10 da PED-RMSP)

A trajetória de diminuição no número de desempregados somente foi interrompida em 2009, devido à desaceleração econômica ocorrida nesse ano (o PIB caiu 0,6%), em consequência da crise econômica mundial. O impacto dessa crise sobre o mercado de trabalho brasileiro fez aumentar o desemprego nas seis regiões pesquisadas. Entre dezembro de 2008 e junho de 2009, o contingente de desempregados elevou-se em 546 mil trabalhadores. Posteriormente, com o crescimento do nível de atividade econômica, o desemprego retomou tendência de redução.

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
URBANO ENTRE 1999 E 2009:
UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

Gráfico 6
Taxas de Participação e de Desemprego
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999-2009



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/MTE-FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

CAPITULO 2

DESEMPREGO NO LONGO PRAZO: UM RESGATE DA TEORIA ECONÔMICA DO DESEMPREGO

A persistência do desemprego intriga os economistas e não existe um consenso ou uma única explicação capaz de conciliar as diversas teorias sobre o tema. As diferenças têm início na discrepância dos diagnósticos sobre desorganização da economia que subutiliza a força de trabalho e se estendem às recomendações das políticas de combate ao desemprego.

O resultado é um movimento caudaloso de ideias que vem, ao longo dos anos, arrebatando as mentes preocupadas em interpretar o modo de produção e repartição no capitalismo, que tem provocado intenso debate, especialmente porque temas como esse alimentam posições e influenciam na formulação de políticas para a economia.

Reconhecendo que parte significativa das interpretações e propostas delineadas para a intervenção no mercado de trabalho tem por inspiração três linhas analíticas dominantes, nesta seção são sintetizados os modelos de análise do sistema econômico segundo os neoclássicos, Keynes e Kalecki.

O modelo neoclássico

O modelo neoclássico considera que a livre atuação das forças de mercado conduz, automaticamente, o sistema econômico para um ponto de equilíbrio de pleno emprego, o que significa que todos os trabalhadores dispostos a trabalhar, e que aceitam o salário vigente no mercado, encontram emprego.

Para estes economistas, o sistema econômico é formado por diversos mercados que operam em concorrência perfeita e de forma eficiente, a partir da interação entre os que procuram um determinado produto ou serviço e os que ofertam esse produto e serviço. Já os agentes econômicos são racionais: os consumidores buscam maximizar o bem-estar econômico e as empresas buscam maximizar os lucros.

O equilíbrio geral e o equilíbrio macroeconômico na abordagem neoclássica

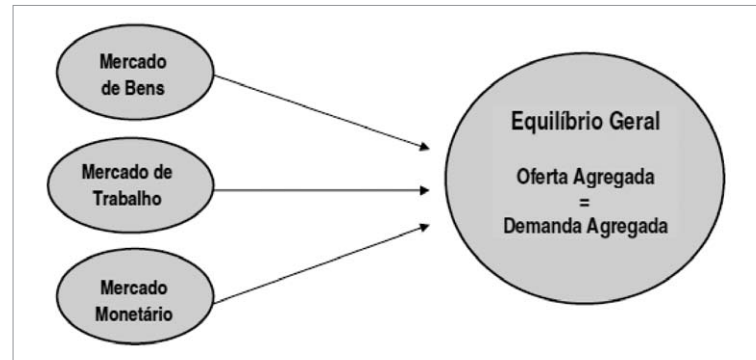
Segundo a abordagem neoclássica, os diversos mercados que compõem a economia podem ser agrupados em três categorias: i) mercado de bens em que todos os tipos de produtos e serviços são ofertados e demandados; ii) mercado de trabalho em que os trabalhadores ofertam a força de trabalho para as empresas demandantes; e, iii) mercado monetário em que moedas e títulos são comercializados.

Para os neoclássicos, a economia é composta por três mercados: o de bens; o de trabalho e o monetário.

Os preços e os salários são flexíveis de forma a igualar a oferta e demanda no ponto de equilíbrio de cada mercado e o equilíbrio de todos os mercados leva ao *Equilíbrio Geral*, ou seja, ao equilíbrio macroeconômico. Isoladamente, na situação de equilíbrio de cada mercado, todos os produtos e serviços ofertados são vendidos, inclusive a força de trabalho.

O equilíbrio geral da economia, por sua vez, somente seria alcançado quando todos os mercados que compõem o sistema econômico estiverem simultaneamente em equilíbrio – quando seria válida a chamada “Lei de Walras”¹ – a figura 1, sintetiza essa ideia.

FIGURA 1
Estrutura de Equilíbrio Geral



No mercado de bens, as empresas demandariam força de trabalho e capital para produzir, os quais, combinados de acordo com o padrão tecnológico adotado, resultariam em volume de produção. Na sequência, o resultado do processo produtivo seria ofertado pelas empresas, na forma de bens e serviços, pelo preço de equilíbrio determinado no mercado. Como a estrutura de mercado seria de concorrência perfeita, contando com inúmeros ofertantes e demandantes de produtos homogêneos, nem as empresas nem os consumidores conseguiriam influenciar o nível de preços praticados.

No mercado de trabalho, os trabalhadores ofereceriam sua força de trabalho às empresas em troca de um salário ou renda monetária, de forma a adquirir bens e serviços que satisfaçam suas necessidades e maximizem o bem-estar econômico.

No mercado monetário, toda a poupança (equivalente à renda não consumida) seria canalizada para a aquisição de títulos no mercado financeiro para render juros, e, quanto maior a taxa de juros, maior seria a poupança, uma vez que o indivíduo estaria mais disposto a sacrificar o consumo no presente para consumir uma quantidade maior de produtos no futuro. A renda poupada teria como destino a concretização dos investimentos desejados pelas empresas para ampliar a produção de bens. A avaliação para tomada de recursos para investimento, por seu turno, seria baseada na comparação entre o retorno esperado das inversões e seu custo². O mercado financeiro atua apenas como intermediador entre poupadores e investidores. Neste esquema, a demanda por moeda só existe para a realização das

1. Lei de Walras: em uma economia em que existam n mercados, se $n-1$ mercados estiverem em equilíbrio, o n -ésimo mercado também estará.

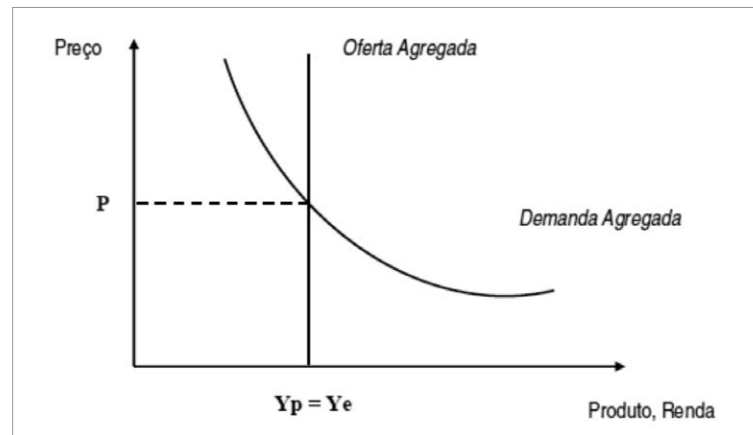
2. Aumento na utilização do fator de produção capital gera aumento na produção, mas a taxas decrescentes. Uma unidade a mais de capital gera incremento na produção menor que o incremento gerado pela unidade de capital anterior.

transações no mercado. A quantidade de moeda em circulação afeta apenas o nível geral de preços, não interferindo nas variáveis reais da economia como nível de produção e emprego. Esse conceito é conhecido como a *neutralidade da moeda*.

Nesta compreensão do sistema econômico, quanto menor o salário real, mais as empresas demandariam trabalho para a produção; e quanto maior o preço de equilíbrio no mercado de bens, maior a disposição dos empresários para produzir. O nível máximo de produção seria determinado, portanto limitado, apenas pelo estoque de capital e de força de trabalho. A causalidade entre os equilíbrios parciais no modelo neoclássico pode ser descrita da seguinte forma: primeiro, fixa-se o salário real no mercado de trabalho, depois, determina-se o nível de emprego que, aplicado à função de produção, determina o nível de produção e a renda da economia. Uma redução do salário real aumenta a demanda por trabalho, elevando o nível de produção de equilíbrio³.

A demanda agregada não restringe a produção de bens e serviços e o limite para a produção econômica é determinado pelo estoque dos fatores de produção e do nível tecnológico. No longo prazo, a taxa de crescimento econômico depende da acumulação de capital, do aumento da força de trabalho⁴ e do crescimento da produtividade do capital e do trabalho obtido com avanços tecnológicos - o que implica uma curva de oferta agregada vertical, em que a oferta de produtos e serviços não depende do preço, dado que o único preço relevante é o preço de equilíbrio determinado no mercado (Figura 2).

FIGURA 2
Equilíbrio Macroeconômico no Modelo Neoclássico



A curva de demanda é negativamente inclinada devido à relação inversa existente entre preço e quantidade demandada. Como a oferta agregada é fixa, a demanda agregada é que irá determinar o nível geral de preço da economia. Isso significa que crescimento na demanda gera apenas aumento de inflação, não gera aumento nem de produção, nem de emprego e nem de renda.

Além disso, políticas econômicas que se propõem a ampliar a renda conseguem apenas aumentar a inflação, da mesma forma que uma política de expansão monetária. Já, uma

3. Segundo Amadeu e Estevão, 1990, p.55.

4. O aumento no número de trabalhadores é decorrente do crescimento da população economicamente ativa.

Para os neoclássicos,
quanto menor o
salário real mais
as empresas
demandariam
trabalho para a
produção.

Para esses teóricos, políticas econômicas que se propõem a ampliar a renda apenas conseguem aumentar a inflação, da mesma forma que uma política de expansão monetária.

política de expansão fiscal apenas altera a composição da demanda entre setor público e setor privado, mas sem impacto na produção e na renda. Esse fenômeno é conhecido como *crowding-out* ou *efeito deslocamento*.

A economia encontra o equilíbrio no ponto em que a curva de demanda intercepta a curva de oferta, determinando simultaneamente o nível de preço e o produto potencial (Y_p) sem inflação, que será igual à renda de equilíbrio (Y_e). Nesse ponto, a economia está em equilíbrio com pleno emprego. E não existe o chamado *desemprego involuntário*, ou seja, todos os indivíduos dispostos a trabalhar pelo salário de mercado encontram emprego.

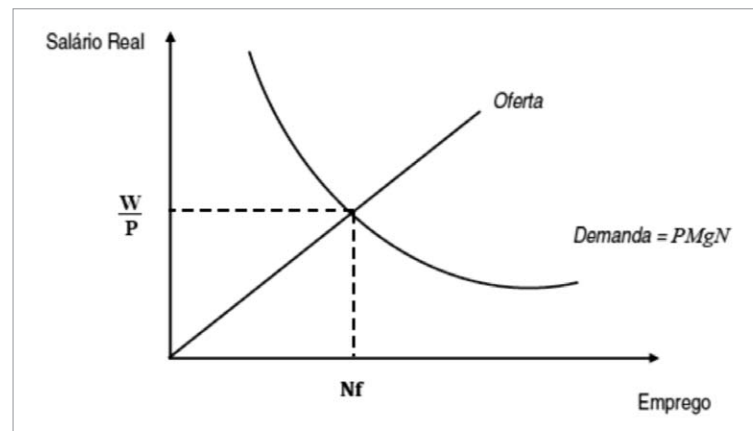
O mercado de trabalho e o desemprego

No modelo neoclássico, o nível de emprego é determinado no mercado de trabalho. Os trabalhadores ofertam a capacidade de trabalho e as empresas demandam força de trabalho para aumentar a produção de bens e alavancar os lucros. O estoque de capital é constante no curto prazo, sendo que o crescimento da produção ou da oferta agregada depende exclusivamente da quantidade utilizada de trabalho.

A função de produção agregada de curto prazo é dada por: $Y = f(N)$, onde o nível de produção depende da quantidade de trabalho (N) utilizada no processo de produção. O nível de produção e renda é determinado pelo nível de emprego. A questão é que quanto mais trabalhadores são contratados, menor será a produtividade, dado que a produtividade relativa do trabalho é decrescente. Os neoclássicos consideram que a função de produção apresenta rendimentos marginais decrescentes, o que significa que aumento na utilização da força de trabalho leva a um incremento, cada vez menor, na produção total da economia.

Como as empresas demandam força de trabalho para aumentar a produção de bens e maximizar lucros, a disposição do empresário em contratar mais trabalhadores vai diminuindo na medida em que cada funcionário novo acrescenta menos no processo produtivo. O empresário decide contratar funcionários até o ponto em que o valor da produção adicional gerada por esse novo trabalhador seja igual ao salário pago a ele. O valor da produção adicional corresponde ao valor da produtividade marginal do trabalho multiplicada pelo preço do produto ($\text{preço} \times PMgN$). Esse valor é equivalente ao salário real, ao salário medido em

FIGURA 3
Equilíbrio no Mercado de Trabalho



termos de produto, ou ainda, ao salário nominal dividido pelo preço do produto. Isso implica que cada empresa irá contratar trabalhadores até o ponto em que a produtividade marginal do trabalho se iguale ao salário real.

Diante disso, a demanda por trabalho, dada pela produtividade marginal do trabalho, é decrescente: o salário real deve diminuir, acompanhando a queda da produtividade, para que as empresas possam continuar a contratar trabalhadores e maximizar lucros. Isso faz com que o nível de emprego apresente uma relação inversa com o nível de salário real, ou seja, quanto menores forem os salários reais, maior será a demanda por trabalho.

A demanda de trabalho refletindo a $PMgN$ é obtida com base na função de produção. Desse modo, as mesmas variáveis que afetam a posição da função de produção determinarão a posição da curva de demanda por trabalho. Ou seja, aumentos no estoque de capital ou melhorias tecnológicas deslocam a demanda por trabalho para a direita, representando que as empresas estarão dispostas a contratar as mesmas quantidades de trabalho a um salário real mais elevado, dado que a produtividade média do trabalho foi elevada.

Pelo lado da oferta, os trabalhadores ofertam sua capacidade de trabalho no mercado em troca de um salário real, sendo que quanto maior for o salário real, maior será a disposição do trabalhador de trocar horas de lazer por horas de trabalho⁵. A oferta agregada de trabalho apresenta uma relação direta com o salário real. Observa-se que o valor do salário nominal não é relevante para o modelo neoclássico, pois se o salário nominal aumentar com a mesma taxa de crescimento da inflação, tanto a demanda quanto a oferta por trabalho não sofrem alterações.

No cruzamento entre oferta e demanda por trabalho são determinados a quantidade de emprego e o salário real; transportando esse volume de emprego para a função de produção determina-se o nível de produto de equilíbrio. Nesse ponto não existe desemprego involuntário se não houver impedimento à fixação do salário real que equilibra o mercado de trabalho.

A livre atuação das forças de mercado ajusta a demanda e a oferta levando ao equilíbrio de mercado. Se o salário real estiver acima do ponto de equilíbrio haverá excesso de oferta de trabalho, caracterizando uma situação de desemprego involuntário, mas, a competição entre os trabalhadores desempregados conduzirá a uma redução dos salários. A queda dos salários irá estimular a demanda e reduzir a oferta de trabalho até alcançar o ponto de equilíbrio. Nas situações em que o salário estiver abaixo do equilíbrio, haverá excesso de demanda pressionando o aumento dos salários.

Para alcançar o equilíbrio do mercado de trabalho e o pleno emprego (N_f) é necessário que não existam impedimentos para redução do salário real, na medida em que a produtividade marginal do trabalho vai diminuindo.

No modelo neoclássico, a causa para o desemprego involuntário é atribuída às instituições, principalmente aos sindicatos, que impedem a redução dos salários. Os sindicatos são responsabilizados pela distorção do funcionamento "normal" do mercado de trabalho, gerando desemprego e desequilíbrio macroeconômico.

5. Na teoria econômica clássica, a curva de oferta de trabalho é positivamente inclinada e reflete a Desutilidade Marginal do Trabalho, isto é, aumento no salário real incentiva as pessoas a abrirem mão do lazer para dedicar mais horas ao trabalho. Entretanto, a curva de oferta de trabalho também pode ser vertical para refletir a existência de uma jornada de trabalho fixa e/ou uma população economicamente ativa que estará disposta a oferecer sua força de trabalho no mercado, independente do nível de salário real. A forma da curva de oferta de trabalho não é relevante na análise do modelo neoclássico, visto que o nível de emprego é determinado pela curva de demanda por trabalho.

Há uma relação inversa entre o nível de emprego e o nível de salário real; quanto menores forem os salários, maior será a demanda por trabalho.

Os neoclássicos consideram a existência de uma taxa natural de desemprego, que corresponde a uma taxa de desemprego temporário.

Taxa natural de desemprego

O equilíbrio no mercado de trabalho garante o equilíbrio macroeconômico com pleno emprego. No ponto de equilíbrio não existe o desemprego involuntário e a taxa de desemprego será formada pelo chamado *desemprego friccional*.

A taxa de desemprego no ponto de equilíbrio com pleno emprego é chamada de *taxa natural de desemprego*, que corresponde a uma taxa de desemprego temporário, dado que considera que todos os trabalhadores dispostos a trabalhar pelo salário de mercado encontrarão uma ocupação.

Os tipos de desemprego considerados no modelo neoclássico são:

- Desemprego involuntário: o indivíduo aceita trabalhar pelo salário vigente no mercado e mesmo abaixo deste, mas não consegue emprego;
- Desemprego voluntário: o indivíduo não aceita trabalhar pelo salário vigente, preferindo continuar desempregado;
- Desemprego friccional: decorre de reajustes, movimentos setoriais ou regionais da estrutura produtiva e do deslocamento dos trabalhadores. Trata-se de um desemprego temporário, como por exemplo, um trabalhador que pediu demissão para assumir em uma nova empresa, ou foi demitido de uma determinada empresa ou setor e estará desempregado pelo período necessário para que assuma em uma nova empresa ou setor. Também se refere a situações em que existem desempregados em uma determinada região, mas sobram vagas de trabalho em outra região ou setor, bastando um deslocamento dos desempregados para a região ou setor em que estão as vagas de trabalho para eliminar o desemprego.

A taxa natural de desemprego é uma relação entre um estoque de indivíduos capacitados e dispostos a trabalhar ao salário vigente e que não encontram nenhuma forma de emprego ou ocupação, em determinado momento, em relação ao estoque total da força de trabalho. Nesse conceito, exclui-se da categoria de desempregados aqueles indivíduos que, apesar de estarem desempregados, não estejam procurando uma ocupação. Também as pessoas que fazem “bico” para sobreviver não são consideradas desempregadas, ainda que não exista um contrato formal e que o trabalho seja apenas eventual e esporádico.

A taxa natural de desemprego corresponde a uma situação em que, mesmo havendo oportunidade para todos aqueles que desejam trabalhar pelo salário de mercado, as pessoas desempregadas, muitas vezes, não estão adequadas para as oportunidades de trabalho. Ou seja, existe a vaga de emprego, mas os trabalhadores não estão qualificados para exercer esse tipo de atividade ou residem em uma região diferente da oportunidade de trabalho. Para os neoclássicos, o problema não é a falta de emprego, mas o fato de os trabalhadores não apresentarem o perfil requisitado pelo mercado de trabalho. Nesse sentido, o desemprego será persistente se os trabalhadores não investirem constantemente em qualificação para acompanhar as mudanças tecnológicas e as novas exigências do mercado. Por conta disso, esse tipo de desemprego também é chamado de *desemprego estrutural*.

Para combater o desemprego estrutural, o governo deve investir na criação de centros de qualificação profissional para adequar os desempregados às exigências do mercado de trabalho e criar agências públicas de emprego que reúnam todas as informações sobre as oportunidades de trabalho, diminuindo assim, os custos de transação para o trabalhador procurar emprego e ter acesso a informação sobre as vagas de trabalho em aberto.

A teoria econômica neoclássica privilegia o longo prazo. Dessa forma, o desemprego no modelo neoclássico é um desemprego de longo prazo.

O modelo keynesiano

Diante de uma elevação na taxa de desemprego durante a *Grande Depressão*⁶, Keynes se dedicou a compreender a existência de desemprego involuntário no sistema econômico e a explicar por que a livre força de mercado não era suficiente para conduzir o sistema ao pleno emprego.

A lógica de funcionamento do modelo neoclássico pode ser resumida da seguinte forma: o ponto de partida é a fixação do salário real no mercado de trabalho a partir da demanda e oferta, o salário real determina o nível de emprego, que aplicado na função de produção determina a produção (oferta) e a renda. Como a oferta gera a sua própria demanda (Lei de Say), toda a renda gerada é consumida. Dessa forma, a livre atuação da força de mercado induz a economia ao equilíbrio com pleno emprego.

O modelo keynesiano inverte essa lógica de funcionamento: Keynes rejeita a Lei de Say e demonstra que é a demanda que determina a oferta.

O empresário decide produzir se tiver a expectativa de que irá vender os seus produtos. A *Demanda Efetiva* é que determina a produção e o volume de emprego. Para Keynes, o equilíbrio macroeconômico entre oferta e demanda poderia ser estabelecido a qualquer nível de produto e emprego, por isso chamou a sua teoria de "geral"⁷. Isso significa que o sistema econômico pode alcançar o equilíbrio com desemprego involuntário, ao contrário do pensavam os neoclássicos.

Segundo Keynes, a existência de desemprego involuntário se deve à insuficiência de demanda efetiva. Nesse sentido, de nada adianta reduzir salário para aumentar o nível de emprego, pois isso poderia elevar ainda mais o número de desempregados ao reduzir a expectativa de venda dos empresários.

O Princípio da Demanda Efetiva e o nível de emprego

Para Keynes, o empresário decide contratar trabalhadores para produzir com base em expectativas quanto ao volume de receita monetária que ele espera receber pela venda da produção.

Nesse caso, a oferta agregada (Z) corresponde ao valor da receita monetária da produção, que por sua vez é resultante do emprego de (N) trabalhadores, que leva em conta a técnica de produção e o custo do trabalho e que considera a demanda agregada (D) o valor da receita monetária esperada pelo emprego de (N) trabalhadores. Assim, a situação corresponde a:

$$Z = \phi(N), \text{ sendo } \partial Z / \partial N > 0$$

$$D = f(N), \text{ sendo } \partial D / \partial N > 0$$

A demanda agregada revela o volume de receita esperado para cada nível de emprego, sendo que haverá um incentivo que leva os empresários a aumentarem o emprego acima de N

6. O início da Grande Depressão é marcado pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, o que agravou os efeitos da recessão pela qual os EUA já passavam. O processo continuou ao longo da década de 1930, atingindo também, entre outros, países das Américas, da Europa.

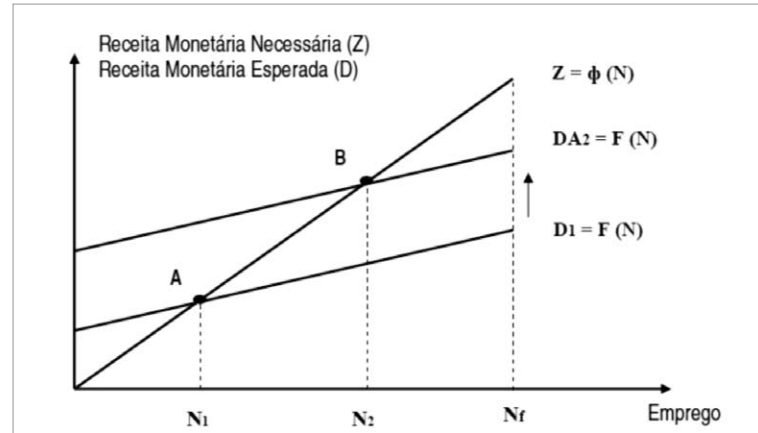
7. No primeiro capítulo de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Keynes critica a teoria clássica ao chamá-la de "particular" e intitula a sua teoria econômica de "teoria geral". Segundo ele, os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. Ademais, as características desse caso especial não são as da sociedade econômica atual, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos cas se procurasse aplicar essas conclusões aos fatos da experiência (KEYNES, 1982, p.23).

Para Keynes, de nada adianta reduzir salário para aumentar emprego, pois pode elevar ainda mais o número de desempregados.

sempre que D for superior a Z. O ponto em que a curva de oferta e demanda se interceptam é chamado, por Keynes, de *demanda efetiva*, e é nesse ponto que são determinados a renda de equilíbrio, o nível de produção e o volume de emprego a ele associado. Dessa forma, os aumentos na demanda efetiva é que geram crescimento econômico e redução da taxa de desemprego ao elevar o nível de emprego na economia.

Para Keynes, a intercepção das curvas de oferta e demanda agregada ocorre no ponto em que a expectativa de lucro dos empresários é máxima e este ponto não necessariamente corresponde ao equilíbrio de pleno emprego.

FIGURA 4
Princípio da Demanda Efetiva em Keynes



O aumento na demanda efetiva é que gera, segundo Keynes, crescimento econômico e redução da taxa de desemprego, ao elevar o nível de emprego na economia.

O equilíbrio macroeconômico no ponto A apresenta elevado nível de desemprego, dado que apenas uma pequena parte dos trabalhadores está empregada (N_1). Uma elevação no nível de demanda efetiva de D_1 para D_2 faz crescer a receita monetária esperada pelos empresários, os quais irão, assim, aumentar o número de trabalhadores para elevar o nível de produção e isso fará com que o equilíbrio no ponto B ocorra em um nível maior de emprego N_2 . Segundo Keynes, o equilíbrio macroeconômico de pleno emprego é apenas uma das possibilidades de equilíbrio macroeconômico.

O volume do emprego é determinado no mercado de bens e serviços e não no mercado de trabalho, como pensavam os neoclássicos. Os empresários, buscando maximizar o lucro, tomam a decisão sobre quantos trabalhadores contratar e sobre quanto produzir com base na *demanda efetiva*. “O volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção” (KEYNES, 1982, p. 38).

Os principais pressupostos que levaram Keynes a essa conclusão estão no fato de que as empresas buscam maximizar seus lucros e atuam em uma estrutura de mercado de concorrência perfeita, mas não conseguem determinar o preço de seus produtos. A empresa precisa aumentar a produção para que os lucros cresçam e esse aumento na produção ocorre se o empresário tiver a expectativa de que irá vender seus produtos, ou seja, se a receita monetária esperada pela venda da produção for satisfatória.

A expectativa empresarial sobre a demanda efetiva no futuro é que determina o volume de emprego e renda no presente. O crescimento do emprego gera elevação do nível de renda na economia que, por sua vez, aumenta o volume de consumo e, assim, a expectativa de venda

dos empresários se concretiza. O crescimento das vendas reduz o nível de estoques das empresas, fazendo com que elas aumentem a produção e o invistam em aumento da capacidade de produção. Essa é a lógica de funcionamento da economia no modelo keynesiano.

A determinação da Demanda Efetiva

A demanda efetiva é determinada pelo volume de gastos esperados em consumo e investimento. O investimento é, ao mesmo tempo, um componente da demanda agregada no curto prazo, enquanto consumo de bens de capital, e da oferta agregada no longo prazo, enquanto aumento da capacidade produtiva.

A decisão de investimento depende da eficiência marginal do capital ($EMgK$) e da taxa de juros. A $EMgK$ é a taxa de desconto que iguala o valor presente do fluxo de receita esperada com a venda dos produtos obtidos com o investimento e com o valor do custo desse investimento - quanto maior a $EMgK$, maior será o investimento e a demanda efetiva.

Assim, a $EMgK$ depende do fluxo de receita esperada e do custo do investimento que, por sua vez, depende da taxa de juros. Para Keynes, a taxa de juros é, então, determinada pela quantidade de moeda retida como entesouramento⁸ e pela preferência à liquidez.

O entesouramento é uma parte da renda que não retorna à circulação econômica de bens e serviços, enquanto a preferência pela liquidez consiste na preferência dada ao dinheiro líquido frente a qualquer outra forma de riqueza. O aumento da incerteza quanto ao futuro da taxa de juros leva ao aumento da preferência pela liquidez e pelo entesouramento, sendo necessário um aumento da taxa de juros para que os agentes abram mão da liquidez. A taxa de juros representa uma recompensa pela renúncia à liquidez.

Uma elevação da taxa de juros provoca queda no nível de investimento devido à redução da $EMgK$ com o aumento no custo para realizar o investimento. No modelo keynesiano, a moeda torna-se um elemento importante na determinação das condições de equilíbrio macroeconômico ao afetar a demanda efetiva.

A economia, na visão de Keynes, é essencialmente uma economia monetária, de modo que o fluxo de moedas provoca variações no nível da atividade econômica. No modelo neoclássico não existe insuficiência de demanda e a moeda não afeta o funcionamento da economia real, dado que toda a renda gerada na produção retorna ao sistema econômico, o que torna válida a Lei de Say⁹.

Para Keynes, as variações no consumo e no investimento provocam alterações na demanda agregada. O volume de gastos com consumo depende do nível de renda e da *propensão marginal a consumir*, o que corresponde à parcela da renda destinada ao consumo. A poupança corresponde à renda não consumida. Para cada elevação no nível de renda, uma parte será destinada ao consumo (propensão marginal a consumir) e a outra será destinada à poupança (propensão marginal a poupar).

A propensão marginal a consumir determina o tamanho do *efeito multiplicador* que uma variação no gasto autônomo em consumo e investimento provoca sobre o nível de renda

8. A moeda serve de reserva de valor. Por essa razão, existem pessoas que preferem entesourar a moeda como meio de preservar sua riqueza no futuro, ou que preferem manter a moeda em mãos a destiná-la ao sistema financeiro.

9. Para Keynes, o modelo neoclássico comete um equívoco ao determinar que a demanda agregada ocorre no mesmo momento da oferta agregada. A Lei de Say só poderia ser aplicada em uma economia sobre uma base de trocas reais, no sentido de troca de mercadoria por mercadoria, considerando a moeda apenas como um intermediário, sem importância para o equilíbrio econômico e a formação dos preços. "Os que assim pensam foram vítimas de uma ilusão de óptica que confunde duas atividades (oferta e demanda) essencialmente diferentes" (KEYNES, 1982, p.36).

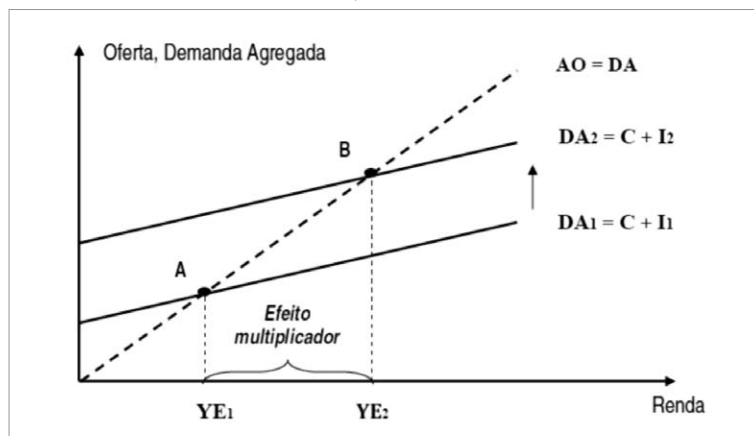
Para Keynes,
a moeda é
um elemento
importante na
determinação
das condições
de equilíbrio
macroeconômico
ao afetar a
demanda efetiva.

Keynes considera que o governo deveria aumentar os gastos públicos, principalmente em investimento, nos períodos de recessão e insuficiência de demanda efetiva.

de equilíbrio. Quanto maior a propensão marginal a consumir, maior será o efeito multiplicador sobre a renda, dado um aumento no investimento. A poupança não representa uma restrição ao investimento, ao contrário do que determina o modelo neoclássico.

O equilíbrio macroeconômico é alcançado quando a oferta agregada se iguala à demanda agregada; e no momento em que o nível geral de preços e a distribuição de renda são endogeneamente determinados. A produção e emprego são independentes da oferta, sendo determinados pela demanda efetiva, ou seja, pelo volume de gastos com consumo e investimento.

FIGURA 5
Equilíbrio macroeconômico no modelo keynesiano



As conclusões de Keynes têm grandes implicações sobre a política econômica e a participação do Estado na economia. O governo deveria aumentar os gastos públicos, principalmente em investimento, nos períodos de recessão e insuficiência de demanda efetiva. Os períodos de expansão da atividade econômica são caracterizados por expectativas otimistas quanto ao rendimento futuro e na recessão, o pessimismo se instaura, provocando queda na *EMgK*, redução do investimento e da propensão marginal ao consumo. A demanda efetiva cai e a taxa de desemprego cresce.

Segundo Keynes, o aumento dos gastos públicos em investimento é fundamental para elevar a demanda efetiva, reduzir o desemprego e para o retorno do ambiente de confiança nos mercados.

Mercado de trabalho, variações no salário e desemprego na visão de Keynes

A teoria de Keynes é frequentemente vista como uma teoria do desemprego que pressupõe ou rigidez do salário nominal ou "ilusão monetária"¹⁰. Essa visão é um equívoco, dado que salário nominal rígido não é um fator explicativo do desemprego para Keynes, que se dedica, no capítulo 19 da *Teoria Geral*, à discussão das variações do salário nominal. Por outro lado, os argumentos desenvolvidos pelos monetaristas, principalmente por

10. Os economistas monetaristas consideram que desvios em relação à taxa natural de desemprego decorrem da informação imperfeita e dos erros de expectativas, que levam à ilusão monetária por parte dos trabalhadores.

Milton Friedman¹¹, tratam do desemprego voluntário e não do desemprego involuntário como Keynes.

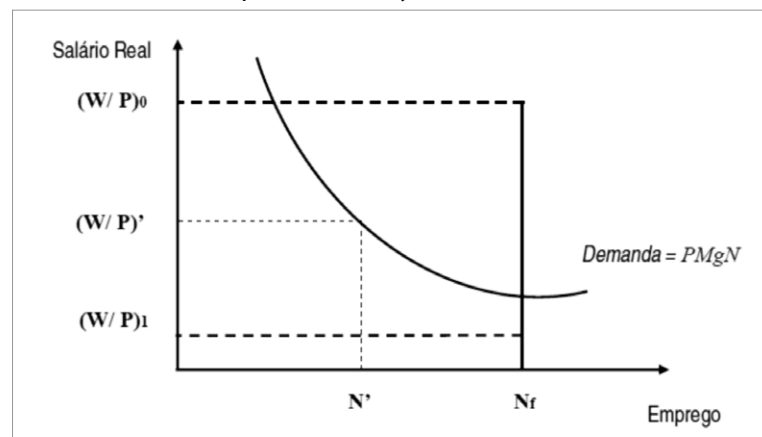
Na *Teoria Geral*, Keynes aceita a hipótese de retorno marginal decrescente e conclui, assim como no modelo neoclássico, que o salário real é igual ao produto marginal do trabalho, logo, a demanda por trabalho (N_d) é uma função decrescente do salário real (w/p).

Na determinação da oferta de trabalho, entretanto, Keynes rejeitou a hipótese dos neoclássicos de que “a utilidade do salário [real], quando um dado volume de trabalho é empregado, é igual à desutilidade marginal do montante de emprego” (KEYNES, 1982, p. 9). Ele reconhecia uma função de oferta de trabalho, mas não aquela proposta pela abordagem neoclássica, dado que o comportamento dos trabalhadores não refletia o raciocínio delineado pelo campo majoritário da teoria econômica.

Os argumentos de Keynes para essa rejeição foram: i) os trabalhadores lutam por salário nominal, dado que não podem influenciar o salário real, que é determinado pela variação de preço dos bens-salários e pelo nível geral de preços; ii) mesmo que os trabalhadores pudessem definir o salário real com base no nível de preço esperado, eles não abandonariam o emprego toda vez que ocorre uma elevação dos bens-salários. Para Keynes, os trabalhadores sempre preferirão trabalhar a não trabalhar, além de se sentirem vinculados a um contrato de trabalho que estabelece o salário nominal para uma determinada jornada de trabalho.

Neste sentido, a função de oferta de trabalho compatível com os argumentos de Keynes é uma área retangular no eixo salário real (w/p) e nível de emprego (N) no pleno emprego (N_f), dado que existe um salário nominal para uma gama de salário real.

FIGURA 6
Curva de oferta e demanda por trabalho em Keynes



Para salários abaixo de $(w/p)_1$ os trabalhadores podem entrar em greve e se recusar a trabalhar. Esse ponto representa o nível de sobrevivência ou o limite físico do trabalho e para salários acima de $(w/p)_0$, os trabalhadores estariam dispostos a trabalhar em regime de hora extra. Ob-

Para Keynes, os trabalhadores sempre preferirão trabalhar a não trabalhar.

11. Esta questão pode ser aprofundada em FRIEDMAN, Milton. *Episódios da história monetária*. Rio de Janeiro: Record, 1994, p.53-85; 178-243.

Para Keynes, o nível de emprego e o salário real são determinados a partir do princípio da demanda efetiva.

serva-se que existe um conjunto de pontos de equilíbrio potenciais entre oferta e demanda por trabalho, de maneira que o nível de emprego de equilíbrio não pode ser determinado no mercado de trabalho e passa a ser determinado pelo princípio da demanda efetiva.

Para Keynes, o nível de emprego e o salário real são determinados endogenamente a partir do princípio da demanda efetiva, dado que os empresários contratam trabalhadores para produzir com base no valor monetário dos gastos esperados em consumo e investimento.

Os pares N' e $(w/p)'$ correspondem à demanda por trabalho devido às expectativas dos empresários quanto ao preço que receberão nas vendas de seus produtos e dado o nível de salário nominal. Dessa forma, determinando o nível de emprego, o salário real se ajustará para se igualar com a produtividade marginal do trabalho.

Keynes critica o modelo neoclássico argumentando que a flexibilidade do salário nominal não implica, necessariamente, flexibilidade do salário real devido aos efeitos da variação do salário nominal sobre o nível de produção e preços dos produtos. Uma política flexível de salário não é suficiente para alcançar e manter o pleno emprego.

Ele atribuiu a existência de desemprego involuntário à insuficiência de demanda efetiva, discordando dos neoclássicos que atribuem ao fato de os trabalhadores não estarem dispostos a trabalhar pelo salário de mercado ou devido à ação dos sindicatos em elevar o salário real acima do ponto de equilíbrio do mercado de trabalho.

O desemprego involuntário não é resultado de elevado salário real, embora Keynes considere que uma queda no salário real esteja correlacionada com um aumento do nível de emprego. Ele indicava que uma expansão do investimento – ao provocar o crescimento do nível de preços acima do esperado – poderia resultar em redução do salário real e, assim, levar ao aumento no nível de emprego e renda¹².

Dessa maneira, se comparado com o modelo neoclássico, Keynes invertia a relação de causalidade entre as variáveis da atividade e o mercado de trabalho, ao deslocar, para as flutuações da demanda efetiva, a origem causal das oscilações no nível de emprego.

A discussão recolocada seria, então, como as variações no salário nominal afetam os determinantes da demanda efetiva e repercutem sobre o nível de emprego, consideradas a eficiência marginal do capital, a taxa de juros e a propensão marginal a consumir.

O efeito de uma redução do salário nominal sobre investimento pode ser tanto positivo, quanto negativo. Se a queda no salário nominal, acompanhada de redução dos preços (salário também é custo de produção), levar a uma expectativa dos empresários de que os salários e os preços continuarão a cair no futuro, resultará em redução no nível de investimento, emprego e renda, dado que a receita monetária esperada será menor no futuro. Se, ao contrário, a expectativa dos empresários for de que os salários parem de cair, o efeito seria de um aumento do investimento e, conseqüentemente, uma redução da taxa de desemprego.

Embora no modelo keynesiano, as variáveis salário e preço sejam flexíveis, isso não seria suficiente para alcançar o equilíbrio macroeconômico de pleno emprego, dado que a causa de insuficiência de demanda no mercado de bens e de desemprego involuntário no mercado de trabalho não era atribuída à falha de mercado.

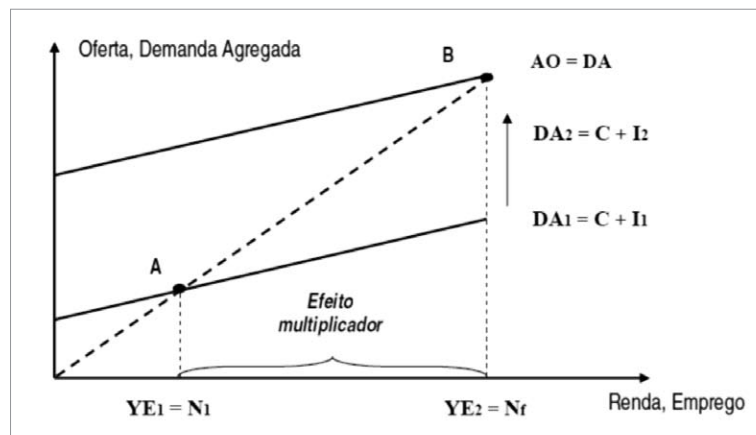
A queda de preços e salários, no modelo keynesiano, somente seria capaz de restaurar o produto de pleno emprego em uma situação extremamente peculiar¹³: se todas as

12. Missio, 2011, pag.116.

13. Sicsú (1999, p. 96).

condições favorecessem uma redução da taxa de juros e, simultaneamente, as mesmas condições provocassem um aumento da eficiência marginal do capital e que esses efeitos compensassem a diminuição da propensão marginal a consumir. Assim, somente sob essas circunstâncias específicas é que a demanda efetiva aumentaria ao ponto de empregar todos os trabalhadores, resultando em uma demanda efetiva de pleno emprego, como demonstrado na figura 7.

FIGURA 7
Princípio da demanda efetiva no pleno emprego



Entretanto, Keynes não demonstrou nenhuma confiança de que essa situação ocorreria exclusivamente pelas forças de mercado. Pelo contrário, buscou demonstrar que a livre força de mercado não era capaz de conduzir automaticamente a economia ao pleno emprego.

O efeito de uma redução do salário nominal sobre investimento pode ser tanto positivo, quanto negativo.

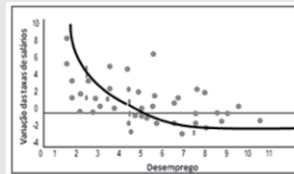
A CURVA DE PHILLIPS E O TRADE-OFF ENTRE INFLAÇÃO E DESEMPREGO

Alban W. Phillips, professor da *London School of Economics*, publicou em 1958 um estudo sobre o comportamento dos salários no Reino Unido para os anos de 1861 e 1957 em que demonstra que **a curva de Phillips é uma relação inversa entre a taxa de desemprego e a taxa de aumento do salário nominal: quanto maior a taxa de desemprego, menor será a taxa de inflação dos salários.**

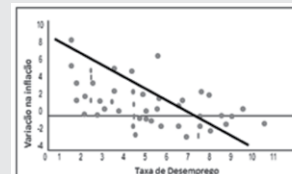
$$gw = - \epsilon (u - u^*)$$

A taxa de crescimento dos salários (gw) é dada ($u > u^*$) por uma redução na taxa de desemprego (u) que ultrapassa a taxa natural de desemprego, onde (ϵ) mede a resposta da variação do salário ao desemprego.

As contribuições, principalmente dos economistas Samuelson e Solow à curva de Phillips levaram a dicotomia entre inflação e desemprego. Uma redução do desemprego gera aumento dos salários nominais (monetários), aumentando os custos de produção e gerando inflação no período seguinte. A expressão “curva de Phillips” passou a ser utilizada para demonstrar a relação inversa ou **o trade-off da política econômica entre inflação e desemprego.**



Curva de Phillips original



Curva de Phillips atual

A curva de Phillips tornou-se um referencial na formulação de política econômica. Os formuladores de política poderiam escolher diferentes combinações entre taxa de desemprego e taxa de inflação ou estipular uma meta para uma das taxas - a de inflação, por exemplo - e deixar que a taxa de desemprego variasse.

Os monetaristas, liderados por Milton Friedman, argumentavam que as políticas de cunho “keynesianas” adotadas com o objetivo de reduzir a taxa de desemprego foram responsáveis pelo aumento inflacionário nos anos seguintes.

Para Friedman, Phillips e seus seguidores caíram no erro de confundir valores nominais e reais. A crítica se deve ao fato de empresários e trabalhadores terem expectativas diferentes quanto à taxa de inflação esperada. O aumento da demanda agregada baseada na emissão monetária levaria à redução do desemprego e ao aumento do salário monetário. Assim, os trabalhadores aumentavam a oferta de trabalho com base no salário nominal e os empresários aumentavam a demanda por trabalho com base no salário real devido à expectativa de aumento na inflação. Quando os trabalhadores percebiam a “ilusão monetária” reduziam a oferta de trabalho, o desemprego voltava à sua taxa natural, porém com um nível mais elevado de inflação.

O modelo kaleckiano

PESQUISA DIEESE

Kalecki parte da matriz teórica marxista e conclui, assim como Keynes, que é a demanda efetiva que determina o nível de produção e emprego de uma economia. Mas, o modelo kaleckiano dá um passo à frente ao discutir os fatores de distribuição de renda e seus efeitos sobre a taxa de salário e desemprego.

A teoria kaleckiana abandona as suposições de equilíbrio geral de pleno emprego, rendimento marginal decrescente e concorrência perfeita, discutidos pelos neoclássicos e keynesianos. Kalecki observa que o mais frequente é a economia operar com capacidade ociosa, devido à tendência ao monopólio e à concentração do capital, não havendo razão para que um aumento na produção implique em reduções do rendimento marginal. Para ele, a concorrência é imperfeita e o rendimento é constante¹⁴.

A produção dividida em departamentos

O modelo kaleckiano divide a produção econômica em três departamentos: o Departamento I, produtor de bens de capital, que corresponde ao investimento das empresas em expansão da capacidade produtiva; o Departamento II produz os bens de consumo para os capitalistas; e, o Departamento III produz os bens de consumo para os trabalhadores (Figura 8).

O produto da economia seria o somatório da produção dos três departamentos. Já a produção de cada departamento seria avaliada em termos de preços e o total de gastos na aquisição dos produtos de todos os departamentos corresponderia ao total da renda gerada na economia e distribuída na forma de lucros e salários entre empresários e trabalhadores. Assim, o valor da produção de cada departamento estaria dividido em lucros e salários, a soma dos lucros dos três departamentos corresponderia ao lucro total (P) e a soma dos salários pagos nos três departamentos determinaria a massa salarial da economia (W).

FIGURA 8
Os departamentos econômicos de produção em Kalecki

	Departamentos			Total
	I = Bens de Capital	II = Bens de Consumo dos Capitalistas	III = Bens de Consumo dos Trabalhadores	
Lucros	P1	P2	P3	P
Salários	W1	W2	W3	W
Renda	Investimento (I)	Consumo dos Capitalistas (Ck)	Consumo dos Trabalhadores (Cw)	Y

Kalecki considerava que a propensão ao consumo dos trabalhadores é maior que a propensão ao consumo dos capitalistas e a poupança dos trabalhadores é muito baixa em relação ao volume de recursos poupados pelos capitalistas. Para simplificação, ele considera que os trabalhadores consomem todo o salário e a poupança pertence apenas aos capitalistas. Assim, a soma dos salários de todos os departamentos é igual ao consumo dos trabalhadores (Cw) e equivale à produção do Departamento III. A soma dos lucros de todos os departamentos é igual aos gastos dos capitalistas em consumo (Ck) e investimento (I). A poupança é a parte da renda não consumida pelos capitalistas, o que torna a poupança igual ao investimento.

Assim como no modelo keynesiano, a poupança não representa uma restrição ao investimento para Kalecki. A poupança é consequência do processo de geração de renda na economia, ou seja, o investimento gera a poupança necessária para se financiar, pois expande a renda dos capitalistas ao gerar aumento nos lucros.

Kalecki descreve uma relação de troca entre os departamentos, dado que o lucro do departamento III – Bens de Consumo dos Trabalhadores – equivale ao salário pago nos departa-

Para Kalecki, o mais frequente é a economia operar com capacidade ociosa, devido à tendência ao monopólio e à concentração do capital.

¹⁴. Rendimento constante significa que a produção cresce na mesma proporção que cresce a utilização dos fatores de produção, ou seja, dobrando os insumos a produção também será duplicada.

Como os trabalhadores gastam toda a renda, o crescimento da produção, do emprego e da geração de renda depende exclusivamente da expansão dos gastos dos capitalistas.

mentos I – Bens de Capital e II – Bens de Consumo dos Capitalistas. Isso significa que o lucro total gerado na economia corresponde aos gastos realizados pelos capitalistas em consumo e investimento.

$$P3 + W3 = W1 + W2 + W3 \\ P3 = W1 + W2$$

$$P = P1 + P2 + P3 \\ P = P1 + P2 + W1 + W2$$

$$P1 + W1 = I \quad e \quad P2 + W2 = Ck$$

$$P (\text{lucros}) = I (\text{investimento}) + Ck (\text{consumo dos capitalistas})$$

O modelo kaleckiano concluiu que quanto mais os capitalistas gastam, seja com consumo ou investimento, mais lucros eles recebem. Por isso, a famosa frase de Kalecki *“os trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam”*.

O nível de atividade econômica depende da demanda efetiva dos trabalhadores e dos capitalistas. Como os trabalhadores gastam toda a renda, isso implica que o crescimento da produção, do emprego e da geração de renda depende exclusivamente da expansão dos gastos dos capitalistas.

A determinação dos preços e as curvas de oferta e demanda agregada

A demanda agregada em Kalecki é determinada pela demanda efetiva, que corresponde aos gastos totais em consumo e investimento. O volume de gasto dos trabalhadores depende do volume da massa salarial, que é determinada pelo nível de emprego e pela distribuição da renda, e quanto maior a massa salarial, maior será a demanda efetiva. O nível de emprego depende dos gastos dos capitalistas e a distribuição de renda depende de fatores distributivos.

O volume de gasto dos capitalistas com consumo depende da propensão a consumir dos capitalistas. Diferente de Keynes, Kalecki considera que a propensão marginal ao consumo dos capitalistas é menor que a dos trabalhadores, dado que estes consomem toda a renda. O volume de investimento é a única variável da demanda agregada que é determinada exogenamente, sendo influenciado pela capacidade de financiamento das empresas e pela variação do nível de atividade econômica, refletido na variação dos lucros e do estoque de capital das empresas.

A taxa de juros deixa de ser a principal variável de determinação do investimento como se observou no modelo keynesiano. Para Kalecki, a taxa de juros que influencia o investimento é a de longo prazo, determinada no mercado de crédito de longo prazo e, apesar de a taxa de juros de curto prazo apresentar grandes variações, a taxa de longo prazo é estável devido ao comportamento contracíclico do prêmio de risco¹⁵.

As restrições para o investimento são postas no mercado de crédito devido ao risco associado ao investimento e dependem do estoque de capital da empresa. O tamanho do capital próprio da empresa irá determinar o acesso ao mercado de capitais de longo prazo: quanto

¹⁵ Nos períodos de expansão econômica, aumenta o grau de confiança no retorno do capital emprestado, o que reduz o prêmio de risco pelo alongamento do prazo, ocorrendo o inverso nos períodos de retração econômica. O prêmio de risco segue o movimento oposto ao da taxa de juros de curto prazo, determinada no mercado monetário, em que elevação da atividade econômica faz crescer a demanda por moeda, aumentando a taxa de juros de curto prazo.

maior o capital da empresa, mais garantia poderá oferecer ao prestador e maior a facilidade para obter financiamento para investir. No agregado, o investimento é determinado pelo estoque de capital previamente acumulado.

A curva de oferta agregada é vertical e a função de produção depende do preço dos produtos. Para determinar o preço de mercado, Kalecki considera três hipóteses: i) as empresas buscam maximizar o lucro; ii) a tecnologia usada na produção apresenta rendimentos marginais constantes; e iii) a estrutura de mercado em que a empresa opera é de concorrência imperfeita.

$$P = m \cdot \Omega \cdot h$$

Onde:

P = preço

m = custo variável (salário+insumo intermediário por unidade de produto);

Ω = grau de imperfeição do mercado em que a empresa opera;

h = grau de oligopólio que a empresa possui no mercado.

O preço cobrado por cada empresa depende dos custos de produção (m), do grau de imperfeição do mercado (Ω), quantidade e do tamanho dos correntes que a empresa possui nesse mercado e do grau de oligopólio (h) da empresa, e de sua participação nesse mercado. A empresa líder de mercado tem maior autonomia para determinar o preço e as demais empresas fixam o próprio preço de acordo com o preço fixado pela empresa líder.

Segundo Kalecki, o empresário, quando vai determinar o preço de venda dos seus produtos, toma “cuidado” para que não fique muito alto em relação ao que é cobrado pelas outras empresas e produtos concorrentes, pois isso reduziria muito as vendas e para que o preço não fique muito baixo em relação ao custo de produção, pois isso reduziria muito a margem de lucro.

No agregado, o somatório do grau de imperfeição do mercado e o grau de oligopólio é chamado de *grau de monopólio*. O grau de monopólio é dado pela diferença entre o preço do produto (p) e o custo variável (m) dividido pelo preço do produto (p). O grau de monopólio reflete a margem de lucro aplicada sobre o custo variável na forma de um *mark-up*. O preço pode ser reescrito como:

$$p = (1 + \pi) \cdot m$$

Onde:

p = preço;

π = mark-up;

m = custo variável (salário+insumo intermediário por unidade de produto).

Enquanto para os neoclássicos e para Keynes o preço é determinado no mercado a partir da oferta e demanda de um produto, para Kalecki, o preço é determinado pelo custo de produção e pelo grau de monopólio, que é refletido na margem de lucro sobre o custo de produção. Isso significa que quanto maior for o grau de monopólio de uma economia, maior será o lucro dos capitalistas e menor será a participação do salário na renda nacional.

A distribuição da renda entre capitalistas e trabalhadores depende do grau de monopólio da economia e da composição setorial da produção. Economias que apresentam elevado grau de monopólio e grande o percentual de setores com maior coeficiente de lucro possuem uma participação maior do lucro na renda nacional. O poder de fixação dos preços oscila de acordo com o setor, assim como, existem setores que demandam mais trabalho do que outros.

Assim, a função de oferta agregada depende do nível geral de preços praticados no mercado, que por sua vez depende do grau de monopólio e dos custos variáveis. Os custos variáveis

Para Kalecki,
o preço é
determinado pelo
custo de produção
e pelo grau de
monopólio, que
é refletido na
margem de lucro
sobre o custo de
produção.

são determinados pelo custo do trabalho e dos insumos intermediários e podem ser escritos como:

$$m = w/a + pi/f$$

$$a = \frac{Y}{N} \quad \text{razão produto/trabalho}$$
$$f = \frac{Y}{M} \quad \text{razão produto/insumo}$$

Onde:

m = custo variável;

w = taxa de salário;

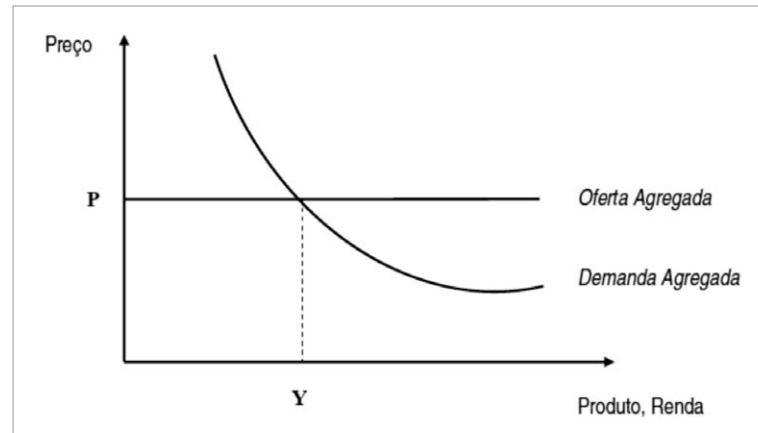
pi = preço dos insumos intermediário.

A função de Oferta Agregada é escrita como:

$$\text{Oferta Agregada} = \text{preço} = (1 + \pi) \cdot (w/a + pi/f)$$

Como Kalecki considera que o rendimento marginal é constante, então "a" e "f" são constantes, o que torna o salário real e a participação do salário na renda independentes do nível de atividade, dado que um aumento na utilização do trabalho não implica em redução da produção. Essa é uma grande diferença da teoria de Kalecki em relação a Keynes e aos neoclássicos.

FIGURA 9
Curva de oferta e demanda agregada no modelo kaleckiano



A demanda agregada efetiva que determina o nível de produção e da renda e o ponto que iguala demanda à oferta é dado pelo volume de gastos em consumo e investimento, pela distribuição da renda e pelo nível de preços. Para Kalecki, os gastos dos capitalistas em consumo e investimento em conjunto com os fatores distributivos determinam o consumo dos trabalhadores e por consequência, o produto nacional e o nível de emprego.

O desemprego e a distribuição de renda

A taxa de desemprego da economia é decorrente das decisões dos empresários de consumir e investir e da distribuição de renda. Um aumento na distribuição de renda a favor dos trabalhadores leva ao aumento da demanda efetiva, gerando crescimento da produção e da demanda por trabalho, aumentando o nível de emprego.

Como a função de demanda agregada tem inclinação negativa, se considerado constante o salário nominal, uma redução dos preços leva ao aumento do salário real, que, por sua vez tem efeito positivo sobre os gastos agregados.

Enquanto no modelo neoclássico reduzir salário real é uma condição necessária para reduzir a taxa de desemprego, no modelo kaleckiano ocorre o inverso: um aumento do salário real, assim como um aumento na participação do salário na renda são medidas que levam ao crescimento econômico e à redução do desemprego.

Em relação ao salário nominal, Kalecki considera que o efeito de um aumento nominal do salário sobre a produção e o emprego depende do grau de monopólio da economia. Para economias com elevado grau de monopólio, a elevação do salário nominal não é suficiente para aumentar a demanda efetiva e combater o desemprego, dado que, a depender da elasticidade da demanda¹⁶, as empresas tendem a repassar o aumento dos custos para os preços como forma de proteger a taxa de lucro. Um aumento dos preços manteria constante o poder de compra dos trabalhadores, resultando apenas em uma transferência de renda para os capitalistas com maior poder de monopólio.

O grau de monopólio de uma economia pode ser alterado devido a mudanças no grau de concentração econômica, no desenvolvimento da publicidade e no poder dos sindicatos. Kalecki argumentava que a força dos sindicatos poderia reduzir o grau de monopólio da economia, ao conquistar aumento de salário e reduzir a diferença entre o preço e o custo variável. A força dos sindicatos também levaria ao crescimento da participação do salário na renda.

A participação do salário na renda e o salário real dependem dos fatores distributivos, que ele atribui ao grau de monopólio e à razão entre o gasto com insumo e o gasto com salários. Quanto maior o gasto com insumo em relação ao gasto com salário, menor será a participação do gasto com salário no custo total de produção e, conseqüentemente, menores serão a participação do salário na renda e o salário real.

A distribuição de renda em Kalecki é diferente no modelo desenvolvido por Keynes já que, devido a sua suposição de maximização do lucro com rendimentos marginais decrescentes sob concorrência perfeita, a distribuição de renda depende do nível de produto e da tecnologia usada na produção.

O modelo desenvolvido por Kalecki buscava explicar a relativa estabilidade na distribuição de renda ao longo do ciclo econômico e a dificuldade de os sindicatos conseguirem alterar a distribuição da renda por meio da ação sobre os salários nominais. Enquanto Keynes tinha por objetivo explicar por que a livre força de mercado não era suficiente para conduzir o sistema ao pleno emprego, para Kalecki, o normal é a economia operar com desemprego involuntário e a taxa de desemprego se agravar nos períodos de recessão econômica.

¹⁶ Elasticidade da demanda é a sensibilidade da demanda à variação de preço: quanto mais elástica for a demanda, uma pequena variação nos preços provoca uma grande variação na demanda. O modelo kaleckiano considera uma relação negativa entre o preço fixado pela empresa e a elasticidade da demanda, e essa relação é considerada no grau de imperfeição de mercado (Ω).

Um aumento na distribuição de renda a favor dos trabalhadores leva ao aumento da demanda efetiva, gerando crescimento da produção e da demanda por trabalho.

Para Kalecki, o aumento do salário nominal é incapaz de alterar o nível de produção, do emprego e da distribuição de renda se o grau de monopólio não for alterado. O grau de monopólio é dado pelo grau de imperfeição do mercado e pelo grau de oligopólio, pois, apesar de esses dois “graus” se moverem ao longo do ciclo econômico com impacto sobre a participação do salário na renda, isso não gera efeito distributivo. Isto porque, o movimento de um anula o impacto do movimento do outro. Além disso, as empresas podem aumentar a margem de lucro na recessão, bastando para isso, que os preços sejam mantidos fixos diante da queda dos salários nominais com o crescente desemprego.

Kalecki acreditava que, se os sindicatos fossem fortes o suficiente para impedir a redução dos salários durante a recessão estariam, ao mesmo tempo, impedindo uma queda no nível de emprego, ou seja, bloqueando o aumento da taxa de desemprego.

As conclusões de Kalecki têm implicações importantes para a política econômica. Keynes visualizava apenas a política de aumento dos gastos públicos, enquanto complemento dos gastos privados, para elevar o nível do produto e conduzir a economia ao pleno emprego. Para Kalecki, além do aumento dos gastos governamentais, o governo deveria adotar uma política de redistribuição de renda a favor dos assalariados para aumentar o crescimento econômico e reduzir o desemprego.

Kalecki sugere duas medidas de política econômica para reduzir o desemprego e para redistribuição de renda, a primeira seria um aumento dos impostos diretos para as classes de renda mais elevada, acompanhado de redução dos impostos indiretos incidentes sobre os bens-salários. A segunda medida é aumento dos salários nominais acompanhado de controle de preços. Mas, Kalecki adverte sobre o perigo dessa medida, uma vez que afeta as empresas que operam com baixa margem de lucro.

Considerações finais

Não havendo distorções no mercado de trabalho, para os neoclássicos, a taxa de desemprego no longo prazo é determinada por uma taxa natural de pleno emprego, em que políticas públicas de qualificação profissional que respondam às exigências do mercado de trabalho e as agências públicas de emprego são capazes de reduzir a taxa natural de desemprego, na medida em que diminuam o tempo médio entre a entrada e a saída da “*piscina do desemprego*”.

A análise do modelo keynesiano é compatível com uma taxa de desemprego no longo prazo maior que a taxa natural, dado que Keynes considera o desemprego involuntário, que não existe para os neoclássicos. Para Keynes, o governo deve atuar em políticas públicas capazes de elevar o volume de demanda efetiva para reduzir a taxa de desemprego.

Kalecki não desenvolveu uma teoria do desemprego no longo prazo, mas atribui a causa do desemprego à insuficiência de demanda efetiva, em que uma política econômica de redistribuição de renda é capaz de reduzir a taxa de desemprego no longo prazo. A principal medida seria um aumento dos impostos diretos para as classes de renda mais elevada, acompanhado de redução dos impostos indiretos incidentes sobre os bens-salários.

CAPITULO 3

O DESEMPREGO ENTRE 2004 E 2009

A literatura econômica, que trata da formação e estruturação do mercado de trabalho no Brasil, identifica que, entre suas características estruturais, destacam-se a oferta abundante de mão de obra e a acentuada heterogeneidade na forma de inserção ocupacional.

Foi a partir da identificação de diferenças marcantes entre a dinâmica do mercado de trabalho em países como o Brasil e outros locais em estágio de desenvolvimento mais avançado, que o DIEESE e a Fundação SEADE elaboraram uma metodologia de pesquisa capaz de construir parâmetros que captassem dados que fossem além do desemprego aberto, indicador tradicionalmente utilizado nos países onde o mercado de trabalho é mais estruturado. Ou seja, que também medissem formas ocultas de desemprego tanto pelo exercício do trabalho precário, como pelo desalento, ou seja, formas de ocupação típicas de um mercado heterogêneo. O desenho da metodologia tem como objetivo trazer parte da heterogeneidade do mercado de trabalho para o interior da categoria de desemprego, expressando a diversidade de formas de manifestação da disponibilidade da força de trabalho, bem como das formas de trabalhos alternativos como meios de sobrevivência.

Esta metodologia embasa a PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo DIEESE, SEADE e Ministério do Trabalho e Emprego que estabeleceu os conceitos a seguir, que distinguem as formas de desemprego que irão nortear este capítulo.

A População Economicamente Ativa (PEA) corresponde à parcela da população em idade ativa que está ocupada ou desempregada. Os desempregados são indivíduos que se encontram em situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Estes indivíduos foram desagregados em três tipos de desemprego:

- *desemprego aberto*: indivíduos que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;
- *desemprego oculto pelo trabalho precário*: pessoas que realizam trabalhos precários – algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação – ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou ainda que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;
- *desemprego oculto pelo desalento*: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

No período em que a economia brasileira começa a esboçar energia para reorganizar sua base econômica e superar dificuldades históricas, o desemprego, como expressão do des-

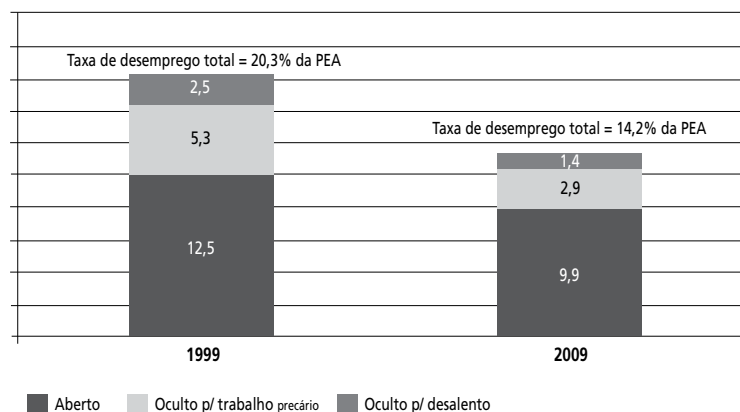
As informações apuradas pelo Sistema PED entre 1999 e 2009 indicam decréscimo da taxa de desemprego total, que passou de um patamar médio anual de 20,3% da PEA para 14,2%.

PESQUISA DIEESE

perdício da capacidade de trabalho para a geração de riqueza e bem-estar, dá sinais de arrefecimento. E, indo além, o modo com vem declinando o desemprego fornece indícios de um possível processo de estruturação do mercado de trabalho nacional.

As informações apuradas pelo Sistema PED entre 1999 e 2009 fortalecem esta interpretação, ao indicar relevante decréscimo da taxa de desemprego total, que passou do patamar médio anual dos 20,3% da PEA para 14,2%. A redução do desemprego foi generalizada no período, atingindo todas as modalidades de subutilização, mas não foi uniforme: o decréscimo nas taxas ocultas do desemprego, em termos relativos, foi de, em média, 44,6%, face ao declínio de 20,8% verificado para o desemprego aberto (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Taxas de desemprego, segundo tipo
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/ MTE - FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

A nova situação mostra que as modalidades do desemprego associadas aos desequilíbrios estruturais de longo prazo representaram cerca de 30% do total do desemprego, em 2009, enquanto, em 1999, essa proporção era próxima de 38%.

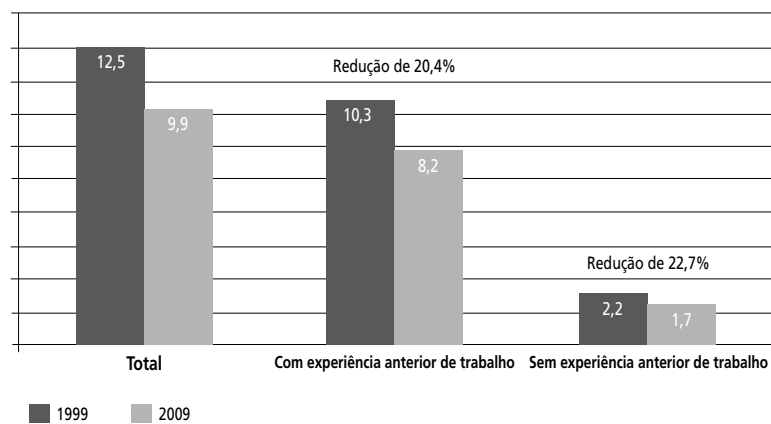
Recuo do desemprego aberto

Entre 1999 e 2009, o desemprego aberto recuou expressivamente no conjunto de regiões acompanhadas pelo Sistema PED. Os trabalhadores que haviam perdido ou deixado um posto de trabalho em período recente – cuja taxa de desemprego passou de 10,3% da PEA, em 1999, para 8,2%, em 2009 – foram assim favorecidos pela nova conjuntura. Essa tendência também estendeu-se àqueles que procuravam a primeira inserção produtiva e que normalmente enfrentam maiores dificuldades no mercado de trabalho. Para esse segmento, a proporção do desemprego decresceu de 2,2% para 1,7%, no mesmo período (Gráfico 2).

Em 2009, o desemprego aberto nas regiões pesquisadas pelo DIEESE era, em média, 21,0% menor que o identificado em 1999. Esse quadro refletia tanto o dinamismo levado aos mercados de trabalho regionais por planos de investimentos, incentivos e gestão da política econômica, quanto a resistência às dificuldades vivenciadas ao longo da década. Desse an-

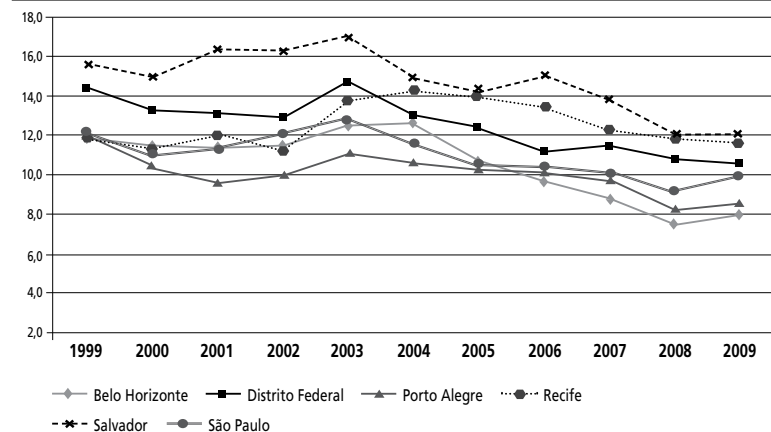
tagonismo nasceram oscilações que, por sua semelhança, nitidamente desenham um padrão de comportamento nacional do desemprego aberto – declínio até 2001, ascensão no biênio 2002-2003, novo decréscimo até 2008 e elevação em 2009. Essa trajetória foi apenas ligeiramente alterada por especificidades regionais – como as percebidas na ampliação antecipada do desemprego na Região Metropolitana de Salvador, em 2001, e no lento decréscimo observado na área de Recife, após 2004 (Gráfico 3).

GRÁFICO 2
Taxa de desemprego aberto, segundo experiência anterior de trabalho
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/ MTE - FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

GRÁFICO 3
Taxas de desemprego aberto
Regiões Metropolitana⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/ MTE - FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Entre 1999 e 2009, o desemprego aberto recuou expressivamente nas regiões acompanhadas pelo Sistema PED.

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO, INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO URBANO ENTRE 1999 E 2009: UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

O desemprego
aberto
metropolitano
é conjuntural,
urgente e
anticíclico.

A natureza do desemprego aberto – que abarca aqueles que *querem trabalhar, procuram uma inserção produtiva e não trabalharam no período coetâneo ao da entrevista* – explica sua associação ao ciclo econômico.

A procura pelo posto de trabalho é custosa: exige do postulante a uma vaga dedicação e recursos. Por um lado, relaciona-se à manutenção do trabalhador enquanto responde anúncios, inscreve-se em agências de intermediação, distribui currículos e/ou acessa a rede de conhecidos em busca de uma oportunidade. Por outro, manifesta-se na necessidade de desembolso para os deslocamentos, contatos telefônicos, preparações de materiais e currículos, além das providências para a boa apresentação em entrevistas e processos seletivos.

Essas condições são atendidas por trabalhadores que, no curto prazo, perderam ou deixaram um trabalho anterior que lhes permitiu dispor de recursos rescisórios e acesso à seguridade social. Ou então, por aqueles que buscam pela primeira inserção e são mantidos pela família. Por sua vez, os desempregados com verbas rescisórias tendem a estar, majoritariamente, nas grandes e médias empresas, localizadas nos centros metropolitanos e cujas decisões são orientadas pelo cálculo racional econômico, que mira oscilações de câmbio e juros, no plano nacional, e o ritmo da atividade mundial. Dessa maneira, é intrínseco ao desemprego aberto, metropolitano ser conjuntural, urgente e, naturalmente, anticíclico.

Esta aparente inexorabilidade, entretanto, é moldada a cada etapa do desenvolvimento de uma região ou nação, por singularidades forjadas nas bases de organização da sociedade ou trazidas por novas intenções e entendimentos sobre os rumos do crescimento socioeconômico. Em geral, o exame da experiência anterior de trabalho e iniciativas adotadas pelos trabalhadores na procura pelo trabalho, bem como o perfil da população em desemprego aberto fornecem indícios úteis para o reconhecimento das especificidades colocadas pela relação acumulação de capital/nível de atividade – trabalho/mercado de trabalho.

Experiência anterior de trabalho e iniciativas na procura de trabalho

Em 10 anos, verifica-se que, praticamente, não houve alteração nos motivos de desligamento do trabalho anterior para a população em desemprego aberto, já que preponderantemente, estes trabalhadores foram demitidos (72,7%, em 1999; 73,5%, em 2009). Esse quadro afasta, neste primeiro momento de crescimento econômico, uma possível tendência de mobilidade ocupacional, que ocorreria quando os ocupados tomam a iniciativa do desligamento na tentativa de substituí-la por outra melhor.

A permanência dessa população que deixou o último posto de trabalho involuntariamente foi mínima, pois a maioria ocupou seus cargos por no máximo um ano (61,4%, em 2009). Em oposição, foi de cerca de 8,0% ao longo da última década, a parcela daqueles que conservaram a inserção por mais de dois anos.

Em um mercado de trabalho dinâmico, a população em desemprego aberto lança-se à procura de outro emprego imediatamente após a perda de um posto de trabalho, tanto que mais da metade dos desempregados nesta condição declaravam, em 2009, ter perdido ou deixado sua última inserção há, no máximo, seis meses. Já, os que se mantinham pressionando dedicadamente o mercado de trabalho após um longo afastamento da atividade produtiva ficavam restritos a 10,4%.

No conjunto, essas informações descrevem um momento do mercado de trabalho nacional de restrição tanto da abrangência quanto do tempo de duração do desemprego, o que é positivo. Contudo, neste processo, o fenômeno do desemprego aberto que perdura aproxima-se resolutamente em direção à rotatividade – de tal forma que o tempo em desemprego diminui acompanhando a redução do tempo na inserção produtiva.

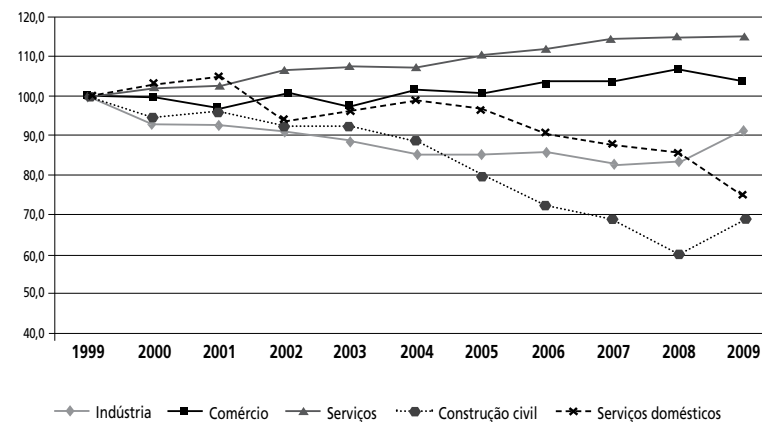
Para reforçar esta interpretação surgem dados que constataam que a origem da população em desemprego aberto é, crescentemente, do assalariamento. De fato, em 1999, 75,0% provinham de inserções assalariadas/estruturadas, enquanto os demais eram autônomos ou empregados domésticos em busca de melhor colocação; já em 2009, os egressos do assalariamento somavam 81,0% do contingente em desemprego.

Na população em desemprego aberto, entre 1999 e 2009, diminuiu o percentual de desempregados cuja última inserção foi na indústria de transformação, na construção civil e no emprego doméstico. Ampliou-se, assim, a proporção dos egressos do comércio e dos serviços. Um quinto dos desempregados, em 1999, eram provenientes da indústria de transformação, volume que se reduziu ao longo dos anos, chegando em 2007 ao menor patamar (15,3% dos desempregados) e, estabelecendo-se, com a crise global de 2009, em 16,9%. No início da década, o percentual de trabalhadores provenientes da construção civil (8,0%) acompanhava a dimensão do setor no conjunto de ocupados (aproximadamente 7,0%). Ao longo do tempo, contudo, com a ampliação dos estímulos para este segmento produtivo, tal volume foi substancialmente reduzido.

A maior parte dos ocupados é absorvida pelos setores de comércio e de serviços, não gerando surpresa o fato de esses segmentos constituírem o núcleo das experiências profissionais da população em desemprego aberto, o que vem se aprofundando ante a retenção de trabalhadores na indústria e na construção civil (Gráfico 4).

Entre 1999 e 2009 cresceu a parcela de pessoas em situação de desemprego aberto que havia ocupado postos assalariados.

GRÁFICO 4
Índice da distribuição da população em desemprego aberto com experiência anterior de trabalho, por setor de atividade do último trabalho
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/ MTE - FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

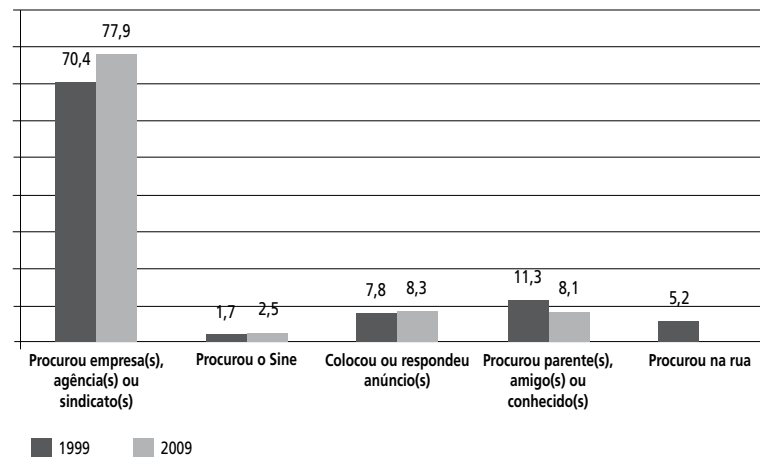
Completando o quadro de delineamento de novidades em relação à desocupação, deve-se destacar que as iniciativas de procura da população em desemprego aberto com experiência anterior de trabalho também têm se alterado gradativamente. As mudanças ainda parecem lentas, mas está crescendo a proporção de desempregados que optam pela procura em espaços típicos de mercados de trabalho estruturados, especializados na circulação de informações atinentes a vagas, perfis dos candidatos, critérios seletivos etc. Entre 1999 e 2009, elevou-se o percentual de desempregados que declararam ter procurado empre-

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
URBANO ENTRE 1999 E 2009:
UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

sas, sindicatos e agências de intermediação à busca de uma inserção produtiva, bem como daqueles que procuraram o Sistema Nacional de Emprego (Sine) e responderam anúncios. Em contraposição, vem diminuindo o uso da rede de conhecidos e a procura de trabalho na rua (Gráfico 5).

GRÁFICO 5
Distribuição da população em desemprego aberto com experiência anterior de trabalho, segundo os meios utilizados na procura de emprego
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)

Entre 1999 e 2009, houve mudança nos meios utilizados pelos desempregados para procurar novo trabalho.



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/ MTE - FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Queda do desemprego não altera características dos desempregados

O avanço da idade e a ampliação das responsabilidades familiares costumam se combinar ao longo do ciclo de vida, consolidando, para cada indivíduo, um lugar de referência no grupo social a que pertence. Em geral, uma pessoa passa a ser respeitada na comunidade onde vive, conforme sua trajetória profissional vai se consolidando e ela vai ganhando novas atribuições. A responsabilidade pela manutenção/sobrevivência com a elevação da idade deixa, assim, de ser individual e ganha centralidade no funcionamento dos coletivos familiares, algo profundamente relacionado ao mundo produtivo, uma vez que as rendas para sustentabilidade da família têm origem, majoritariamente, no trabalho.

As relações entre a dinâmica econômica e organização familiar costumam despontar quando a subutilização da força de trabalho é examinada, desvelando os papéis atribuídos nos universos público/produtivo e privado/familiar para jovens e adultos, para as distintas inserções no agrupamento familiar e para homens e mulheres. Neste tocante, a singularidade da incidência do desemprego aberto sobre distintos grupos ocupacionais está relacionada à natureza urgente, conjuntural, desta modalidade de desocupação, imprimida pela exigência de dedicação praticamente exclusiva à procura pelo trabalho e seus custos.

Desta maneira, as taxas de desemprego aberto costumam decrescer com a elevação da idade e serem menores para os responsáveis – chefes e cônjuges – por domicílios e famílias.

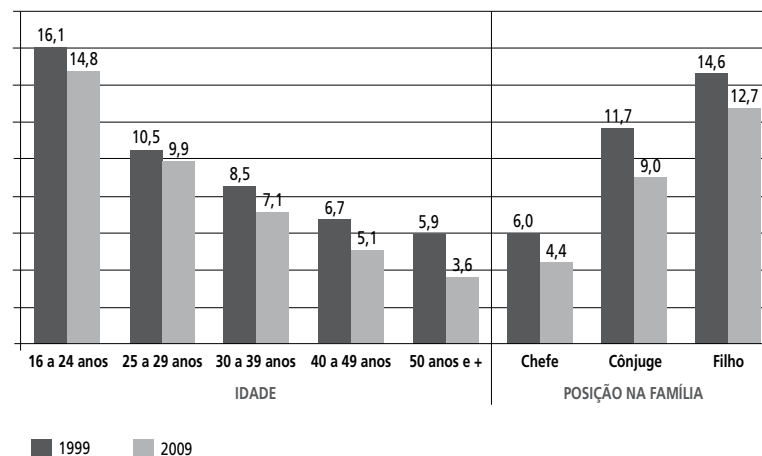
Isto ocorre porque os provedores da família, em geral mais velhos, dificilmente conseguem conciliar o sustento da família e longos períodos de procura por trabalho, tendendo a aceitar as primeiras ofertas que aparecem.

Entre 1999 e 2009, em um contexto de crescimento econômico, o desemprego aberto decresceu generalizadamente para todas as inserções nas famílias, domicílios e segmentos etários. Todavia, houve maior redução para os trabalhadores que declararam ocupar a posição de cônjuges e os que atingiram a fase adulta de suas vidas, além dos maduros, com idade igual ou superior a 50 anos (Ver Tabela 1 do Anexo Estatístico).

Entre os trabalhadores com experiência anterior, em 2009, a proporção de cônjuges economicamente ativos em desemprego aberto correspondia a 9,0%, face aos 11,7% registrados em 1999. Já na população economicamente ativa (PEA) com mais de 50 anos, as taxas de desemprego recuaram de 5,9% para 3,6%. Em ambos os casos, contudo, a presença no contingente de desempregados sofreu pouca alteração, inclusive experimentando ligeiro aumento – os cônjuges e os trabalhadores com idade superior aos 50 anos passaram a corresponder, respectivamente, a 23,3% e 7,0% da população em desemprego aberto.

Com isso, no âmbito dos domicílios, a proporção de cônjuges em situação de desemprego se igualou ao percentual de chefes na população desempregada (23,0%), embora a incidência do desemprego sobre estes seja menor, já que 4,4% dos chefes economicamente ativos enfrentavam o desemprego em 2009. Por outro lado, taxas e proporções continuavam a ser nitidamente maiores para os filhos, que perfaziam 43,3% dos trabalhadores em desemprego aberto (Gráfico 6).

GRÁFICO 6
Taxas de desemprego aberto, segundo idade e posição no domicílio
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/ MTE - FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Já, segundo as faixas etárias, a redução mais acentuada do desemprego aberto para os mais velhos é reforçada pelo declínio verificado entre as pessoas com idade entre 40 e 49 anos, o que indica certa preferência pela força de trabalho experiente. Mostra, também, que o perfil do contingente em desemprego vem sendo afetado pela rápida transição demográfica

As taxas de desemprego aberto tendem a ser menores para as pessoas responsáveis pelo domicílio, que costumam aceitar as primeiras ofertas de trabalho que aparecem.

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
URBANO ENTRE 1999 E 2009:
UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

As taxas de desemprego identificadas para a juventude – idade entre 16 e 24 anos – diminuíram sensivelmente ao longo de 10 anos.

vivenciada pelo país: as taxas identificadas para a juventude – idade entre 16 e 24 anos – diminuíram sensivelmente ao longo de 10 anos. Contudo, no estrato de idade subsequente – que passou a concentrar a maior parte da população metropolitana – a redução foi bem menos relevante – para o grupo entre 25 e 29 anos, a taxa de desemprego aberto recuou apenas 0,6 ponto percentual.

Este comportamento aumenta a preocupação quando se observa a situação dos trabalhadores sem experiência de trabalho anterior, composto basicamente por jovens e filhos. A taxa de desemprego de jovens em desemprego aberto que buscavam a primeira inserção cresceu de 6,0% para 6,4%, entre 1999 e 2009. Porém, para os filhos, ou seja, para os jovens que continuavam a residir na casa paterna, chegou a diminuir de 6,1% para 4,9% no mesmo período (Ver Tabela 1 do Anexo Estatístico).

Passados 10 anos, mesmo com a maior retração do desemprego feminino, as mulheres continuaram a registrar maior subutilização de sua força de trabalho, independentemente de experiência de trabalho anterior. Essa situação incluía ainda a crescente incorporação de mulheres no mercado de trabalho – que se mantinha mesmo que em ritmo menos acentuado, e que resultava na manutenção e/ou elevação da proporção feminina no contingente de desempregados. Em 2009, as mulheres continuavam sendo a maioria entre os que procuravam uma ocupação – 58,8% e 61,2%, respectivamente, entre os com e sem experiência anterior de trabalho (Tabela 1).

TABELA 1
Taxas de desemprego aberto segundo sexo e experiência anterior de trabalho
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)

Experiência anterior de trabalho e sexo	Taxa de desemprego aberto (% da PEA)		Proporção no total de desempregados	
	1999	2009	1999	2009
Com experiência anterior de trabalho	10,3	8,2	100,0	100,0
Homens	8,4	6,4	45,6	41,5
Mulheres	12,5	10,2	54,4	58,5
Sem experiência anterior de trabalho	2,2	1,7	100,0	100,0
Homens	1,5	1,3	38,3	38,8
Mulheres	3,0	2,3	61,7	61,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

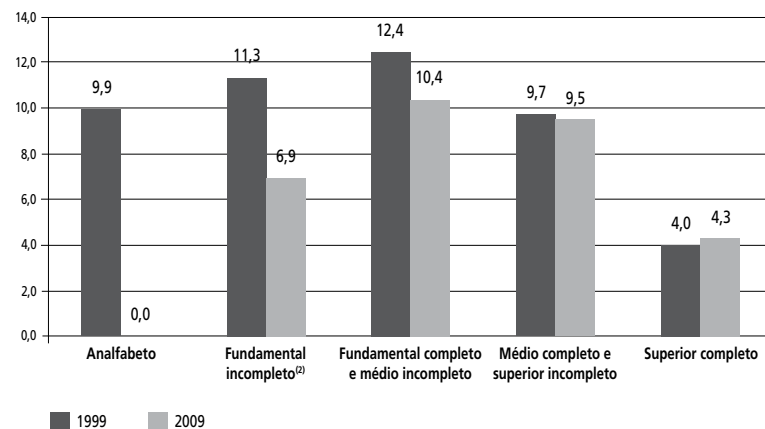
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Redução do desemprego favorece trabalhadores com menor escolarização

Desemprego e escolaridade tendem a variar inversamente, explicitando a preferência empresarial por trabalhadores mais qualificados. Neste tocante, embora a educação formal não esgote o conjunto de recursos que aportam as competências necessárias ao exercício do trabalho, advindas também da experiência profissional e de formações específicas, é sem dúvida o vetor fundamental da qualificação. Esta função é reconhecida também pelos trabalhadores, que têm buscado alcançar os padrões de escolaridade sinalizados pelo mercado de trabalho que é a conclusão do ensino médio.

Quando examinado o comportamento do desemprego na primeira década de retomada do crescimento, todavia, os fatos parecem exigir novas reflexões sobre o tema. Afinal, as taxas de desemprego aberto decresceram com mais intensidade na razão inversa à escolaridade dos trabalhadores, ou seja, para os desempregados de menor escolaridade a incidência do

GRÁFICO 7
Taxa de desemprego da população em desemprego aberto por nível de instrução
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE/ MTE - FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
 Elaboração: DIEESE
 Nota: 1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo
 2) Inclui os alfabetizados sem escolaridade

desemprego foi reduzida de 11,3% da PEA, em 1999, para 6,9%, em 2009, enquanto para os que chegaram ao ensino superior, a proporção em desemprego ficou relativamente estabilizada – em torno de 4,0%.

O desemprego oculto na sociedade urbana

O desejo e/ou necessidade de produzir do desempregado quando expressos pela procura intermitente pelo trabalho ou pela procura que se associa ao exercício de uma atividade produtiva irregular e imprevisível dá origem a formas ocultas de subutilização da força de trabalho – o desemprego oculto pelo desalento e o desemprego oculto pelo trabalho precário.

As condições que conformam tais modalidades de desemprego, por sua vez, frequentemente, delineiam a ausência de ânimo e de recursos para que o trabalhador sustente, de modo cadenciado, a busca pelo posto de trabalho. Essas situações têm origem na exclusão produtiva e em inserções precedentes em trabalhos não regulamentados e/ou protegidos, característicos da formação do mercado de trabalho nacional.

Sob o contexto de crescimento econômico e de desenvolvimento, todavia, espera-se que estas modalidades de desocupação tenham redução. Por um lado, porque parcela dos desempregados ocultos tende a ser absorvida por oportunidades ocupacionais surgidas na esteira do aquecimento da atividade; por outro, porque como se trata de clientela beneficiária de políticas públicas, esta população pode alterar sua condição de atividade – estabelecendo um negócio próprio; dedicando-se exclusivamente aos estudos e, assim, definindo-se como inativos; ou, inclusive passando a procurar emprego de modo cadenciado e regular, transitando para o desemprego aberto.

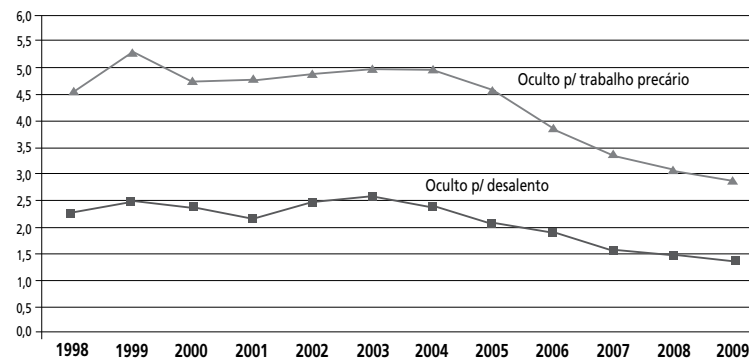
Entre 1999 e 2009, esta trajetória se concretizou e as taxas de desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento declinaram, atingindo, no final da última década, respectivamente, 2,9% e 1,4% da PEA, o que representa um resultado positivo, ante aos 5,3% e 2,5%,

Sob o contexto de crescimento econômico e de desenvolvimento, espera-se que modalidades ocultas de desemprego estejam em extinção.

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
 INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
 URBANO ENTRE 1999 E 2009:
 UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

registrados em 1999. Como consequência desse decréscimo, notavelmente equilibrado entre seus componentes, o desemprego oculto total diminuiu de 7,8% da PEA para 4,3%, no período (Gráfico 8).

GRÁFICO 8
Taxas de desemprego oculto, segundo tipo
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1998 a 2009 (em %)



Entre 1999 e 2009,
o desemprego
oculto total
diminuiu de 7,8%
da PEA para 4,3%.

O desemprego oculto pelo trabalho precário

De modo predominante, na categoria desemprego oculto pelo trabalho precário encontram-se os trabalhadores que têm experiência profissional anterior. O repertório desses trabalhadores, entretanto, parece refletir mais uma trajetória laborativa de dificuldades, do que a aquisição dos requisitos exigidos pela matriz produtiva do país em expansão.

Assim, mesmo sendo um contingente em processo de redução, cujos percentuais passaram de 4,8% da PEA, em 1999, para 2,6% em 2009, estes desempregados historicamente trazem na bagagem as demissões de postos de trabalho perdidos há muito tempo, nos quais permaneceram por curtíssimo período (Ver Tabela 5 do Anexo Estatístico). De novidade, para os trabalhadores que permanecem nesta aflitiva condição, o desenvolvimento trouxe a rotatividade.

De fato, em 10 anos, em simultâneo à redução no número de trabalhadores que associam procura de trabalho com exercício de bicos, cresceu para 35,6% a proporção daqueles que declaravam ter perdido ou deixado o último trabalho em até quatro meses. Para corroborar com a identificação desta frenética substituição de inserções, a permanência no último posto de 40,7% desses desempregados correspondia em 2009, a até seis meses (Tabela 2).

Na população em desemprego oculto pelo trabalho precário, no período em estudo, vem se ampliando o volume daqueles que deixam a experiência de trabalhador autônomo para se lançar à procura de uma nova colocação. Do ponto de vista setorial, aumentou o percentual de desempregados cuja última inserção foi no segmento de serviços e, em sentido contrário, diminuiu o de trabalhadores oriundos da indústria e da construção civil.

TABELA 2
Distribuição da população em desemprego oculto pelo trabalho precário e experiência anterior de trabalho, segundo tempo de perda do emprego e duração do último trabalho
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999, 2004 e 2009 (em %)

Características	Anos		
	1999	2004	2009
Tempo que deixou ou perdeu o último trabalho	100,0	100,0	100,0
Até 2 meses	12,9	16,2	21,0
Mais de 2 a 4 meses	11,1	10,3	14,6
Mais de 4 a 6 meses	9,4	8,3	(2)
Mais de 6 a 9 meses	8,8	6,6	(2)
Mais de 9 a 12 meses	13,9	13,1	13,1
Mais de 12 a 18 meses	7,8	6,2	(2)
Mais de 18 a 24 meses	13,4	13,2	(2)
Mais de 24 meses	22,9	26,1	18,9
Tempo de permanência no último trabalho	100,0	100,0	100,0
Até 6 meses	35,7	38,6	40,7
Mais de 6 meses a 1 ano	19,7	19,1	19,1
Mais de 1 a 2 anos	18,7	16,6	16,1
Mais de 2 a 5 anos	16,2	16,6	14,4
Mais de 5 anos	9,7	9,2	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Vulnerabilidade e responsabilidade familiar de desempregados em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário

A elaboração de estratégias que viabilizem a sobrevivência pessoal e familiar em simultâneo à procura pelo trabalho pretendido - usualmente um emprego com as garantias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – conforma o perfil da população em desemprego oculto pelo trabalho precário, que se trata, geralmente, de um grupo de pessoas vulneráveis e com grandes responsabilidades familiares.

Essas condições explicam determinadas singularidades. As taxas de desemprego oculto na família e domicílios são maiores para os chefes, pouco se distinguem em patamar para as diferentes faixas de idade, não são identificáveis para elevados níveis de escolaridade. Além disso, também diferentemente do observado entre os trabalhadores em desemprego aberto, a proporção de homens nesta modalidade de subutilização é superior à de mulheres.

Entre 1999 e 2009, a incidência do desemprego oculto pelo trabalho precário foi atenuada para todos os segmentos populacionais, mas de forma mais acentuada para aqueles historicamente mais atingidos por este tipo de desocupação. Para os homens, os chefes e pessoas com ensino fundamental incompleto as taxas de desemprego reduziram-se à metade no período analisado, ficando em, respectivamente, 3,0%, 2,6% e 3,8%, em 2009.

Com isto, o contingente nesta situação ficou ainda mais claramente delineado – 62,1% eram homens, 43,8% eram chefes de seus domicílios, 46,5% tinham entre 25 e 39 anos e 34,7% não haviam concluído o ensino fundamental.

A população em desemprego oculto pelo trabalho precário, ao mesmo tempo em que procura emprego, tem que viabilizar a sobrevivência pessoal e familiar.

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO, INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO URBANO ENTRE 1999 E 2009: UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

Anexo Estatístico

TABELA 1

Taxas de desemprego, tempo médio despendido na procura por trabalho e distribuição da população em desemprego aberto, segundo experiência anterior de trabalho e atributos pessoais - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ - 1999 e 2009

Experiência anterior e atributos pessoais	Taxa de desemprego aberto (% da PEA)		Tempo médio despendido na procura por trabalho (em semanas) ⁽³⁾		Distribuição (%)	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
TOTAL	12,5	9,9	42	38	-	-
COM EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	10,3	8,2	43	38	100,0	100,0
Sexo						
Homens	8,4	6,4	41	31	45,6	41,5
Mulheres	12,5	10,2	45	42	54,4	58,5
Posição no Domicílio						
Chefe	6,0	4,4	44	39	24,5	23,0
Demais	13,3	11,1	42	37	75,5	77,0
Cônjuge	11,7	9,0	50	46	22,0	23,3
Filho	14,6	12,7	40	34	41,6	43,3
Outros	12,7	11,2	36	31	11,9	10,4
Faixa Etária						
10 a 15 Anos	13,9	(4)	(4)	(4)	2,9	(4)
16 a 24 Anos	16,1	14,8	36	28	41,5	38,3
25 a 29 Anos	10,5	9,9	43	37	14,9	18,6
30 a 39 Anos	8,5	7,1	47	42	21,5	22,0
40 a 49 Anos	6,7	5,1	51	50	12,5	12,8
50 Anos e Mais	5,9	3,6	63	58	6,8	7,0
Nível de Instrução						
Analfabeto	9,9	(4)	(4)	(4)	3,4	(4)
Fundamental Incompleto ⁽²⁾	11,3	6,9	42	39	42,5	19,8
Fundamental Completo e Médio Incompleto	12,4	10,4	43	36	25,3	23,1
Médio Completo e Superior Incompleto	9,7	9,5	44	37	24,5	48,6
Superior Completo	4,0	4,3	46	39	4,2	7,4
SEM EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	2,2	1,7	38	40	100,0	100,0
Sexo						
Homens	1,5	1,3	35	37	38,3	38,8
Mulheres	3,0	2,3	40	42	61,7	61,2
Posição no Domicílio						
Chefe	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Demais	3,7	3,0	38	40	98,5	98,2
Cônjuge	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Filho	6,1	4,9	37	40	81,3	79,9
Outros	2,7	(4)	37	(4)	11,9	(4)
Faixa Etária						
10 a 15 Anos	21,8	(4)	21	(4)	21,7	(4)
16 a 24 Anos	6,0	6,4	42	39	72,8	78,6
25 a 29 Anos	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
30 a 39 Anos	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
40 a 49 Anos	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
50 Anos e Mais	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Nível de Instrução						
Analfabeto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Fundamental Incompleto ⁽²⁾	2,0	1,3	31	32	35,3	17,2
Fundamental Completo e Médio Incompleto	4,2	4,1	39	34	40,2	43,0
Médio Completo e Superior Incompleto	1,9	1,5	46	50	22,8	37,0
Superior Completo	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)

PESQUISA DIEESE

52

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal

(2) Inclui os alfabetizados sem escolaridade; (3) Exclui os dados da PED-RMR; (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

TABELA 2
Distribuição da população em desemprego aberto e com experiência anterior de
trabalho, segundo características da última inserção de trabalho
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ – 1999 a 2009 (em %)

Características	Anos										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Motivo da saída do último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Iniciativa da empresa	72,7	71,8	71,1	72,8	74,7	74,7	73,6	74,2	73,0	70,9	73,5
Iniciativa própria	27,3	28,1	28,8	27,2	25,2	25,2	26,4	25,8	26,8	28,9	26,3
Tempo que deixou ou perdeu o último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 2 meses	22,1	24,6	25,9	24,7	22,7	24,7	26,9	26,0	26,2	29,0	27,3
Mais de 2 a 4 meses	13,7	13,6	15,1	14,4	14,5	12,7	13,2	15,1	15,2	14,5	16,9
Mais de 4 a 6 meses	11,3	10,7	10,8	11,6	11,4	10,1	10,9	12,1	12,3	11,6	13,2
Mais de 6 a 9 meses	8,6	7,1	7,6	8,2	8,1	7,3	7,8	7,5	7,5	7,3	8,2
Mais de 9 a 12 meses	13,9	12,6	12,0	12,9	14,0	13,5	12,7	13,4	13,2	13,0	12,9
Mais de 12 a 18 meses	6,4	5,6	4,9	5,6	5,1	5,8	4,9	4,2	4,3	4,2	3,7
Mais de 18 a 24 meses	10,1	10,2	8,3	8,8	9,4	10,6	9,1	8,3	8,4	8,0	7,3
Mais de 24 meses	13,9	15,7	15,4	13,9	14,7	15,2	14,5	13,5	12,9	12,5	10,4
Tempo de permanência no último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 6 meses	42,4	43,2	45,2	45,1	43,9	44,1	45,2	44,0	43,1	42,9	41,4
Mais de 6 meses a 1 ano	18,9	18,6	18,5	19,0	19,1	19,1	19,4	19,4	19,6	20,1	20,0
Mais de 1 a 2 anos	16,4	15,9	15,7	15,0	15,9	16,0	14,7	15,8	16,0	15,9	17,2
Mais de 2 a 5 anos	14,3	14,3	13,0	12,9	13,5	13,3	13,5	13,6	13,5	13,4	13,8
Mais de 5 anos	8,0	8,1	7,6	8,0	7,6	7,4	7,2	7,2	7,7	7,7	7,6
Inserção no último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariado	75,0	74,5	73,4	75,6	74,9	74,8	76,1	77,7	78,5	80,5	81,8
Autônomo	11,0	11,2	11,9	11,4	11,7	11,5	10,7	10,0	9,6	7,9	7,9
Empregado Doméstico	12,9	13,3	13,6	12,1	12,5	12,8	12,5	11,7	11,3	11,1	9,7
Outras	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Setor de atividade do último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	18,5	17,3	17,2	16,9	16,4	15,8	15,8	15,9	15,3	15,5	16,9
Comércio	18,8	18,8	18,3	19,0	18,4	19,1	19,1	19,5	19,6	20,2	19,6
Serviços	41,1	42,3	42,4	44,0	44,3	44,3	45,6	46,2	47,3	47,4	47,5
Construção Civil	8,0	7,6	7,7	7,4	7,4	7,1	6,4	5,8	5,5	4,8	5,5
Serviços Domésticos	12,9	13,3	13,6	12,1	12,5	12,8	12,5	11,7	11,3	11,1	9,7
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
 INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
 URBANO ENTRE 1999 E 2009:
 UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

TABELA 3
Distribuição da população em desemprego aberto e sem experiência anterior de trabalho,
segundo atributos pessoais
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ – 1999 a 2009 (em %)

Atributos pessoais	Anos										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	38,3	38,6	38,9	39,9	40,3	40,4	40,7	40,8	38,7	40,4	38,8
Mulheres	61,7	61,4	61,1	60,1	59,7	59,6	59,3	59,2	61,3	59,6	61,2
Posição no Domicílio	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Demais	98,5	98,7	98,6	98,6	98,4	98,9	98,7	98,3	98,5	98,5	98,2
Cônjuge	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Filho	81,3	81,2	82,0	81,1	80,0	82,1	81,7	80,8	80,4	80,5	79,9
Outros	11,9	11,4	11,2	11,5	13,5	12,0	12,0	11,9	12,0	12,6	(3)
Faixa Etária	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 15 Anos	21,7	19,8	18,4	17,2	15,3	13,5	12,9	(3)	(3)	16,1	(3)
16 a 24 Anos	72,8	74,7	75,5	77,4	79,1	80,8	80,6	81,6	81,5	75,9	78,6
25 a 29 Anos	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
30 a 39 Anos	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
40 a 49 Anos	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
50 Anos e Mais	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Nível de Instrução	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Analfabeto	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Fundamental Incompleto ⁽²⁾	35,3	31,4	28,4	26,0	21,2	18,8	18,2	17,5	15,9	19,1	17,2
Fundamental Completo e Médio Incompleto	40,2	41,0	41,3	40,8	43,5	44,4	42,9	40,2	42,5	44,0	43,0
Médio Completo e Superior Incompleto	22,8	26,0	28,2	32,0	33,3	35,0	36,9	39,9	39,0	34,4	37,0
Superior Completo	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal

(2) Inclui os alfabetizados sem escolaridade

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

TABELA 4

Distribuição da população em desemprego aberto, segundo iniciativas adotadas na procura por trabalho nos últimos 30 dias e experiência anterior de trabalho
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ – 1999 a 2009 (em %)

Iniciativas adotadas e experiência anterior	Anos										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Procurou empresa(s), agência(s) ou sindicato(s)	70,4	69,0	69,4	72,6	73,3	73,8	76,1	77,7	78,2	78,2	77,8
Procurou o Sine	1,7	2,3	2,6	2,4	2,3	2,5	2,4	2,1	1,9	2,9	2,6
Colocou ou respondeu anúncio(s)	7,9	8,9	8,8	7,5	8,5	8,0	7,4	7,0	7,7	6,7	8,5
Procurou parente(s), amigo(s) ou conhecido(s)	11,6	12,7	12,6	12,2	11,3	11,2	9,8	9,5	9,0	8,7	8,0
Procurou na rua	5,3	4,1	3,6	2,4	2,1	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Fez contatos com possíveis clientes	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Outra providência	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	1,8	1,8
Com experiência anterior de trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Procurou empresa(s), agência(s) ou sindicato(s)	70,4	68,8	69,2	72,9	73,3	73,5	76,1	77,9	78,1	77,9	77,9
Procurou o Sine	1,7	2,3	2,5	2,4	2,1	2,3	2,2	2,0	(2)	2,9	2,5
Colocou ou respondeu anúncio(s)	7,8	8,9	8,7	7,4	8,4	7,9	7,3	6,8	7,6	6,9	8,3
Procurou parente(s), amigo(s) ou conhecido(s)	11,3	12,6	12,5	11,8	11,3	11,4	9,9	9,4	9,1	8,8	8,1
Procurou na rua	5,2	4,1	3,6	2,4	2,1	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Fez contatos com possíveis clientes	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Outra providência	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Sem experiência anterior de trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Procurou empresa(s), agência(s) ou sindicato(s)	70,2	70,0	70,0	71,4	73,4	74,9	76,4	77,1	78,7	79,6	76,9
Procurou o Sine	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Colocou ou respondeu anúncio(s)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	8,4	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Procurou parente(s), amigo(s) ou conhecido(s)	12,8	13,2	13,1	14,1	11,5	10,1	(2)	9,8	(2)	(2)	(2)
Procurou na rua	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Fez contatos com possíveis clientes	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Outra providência	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
 INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
 URBANO ENTRE 1999 E 2009:
 UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

TABELA 5

Taxas de desemprego, tempo médio despendido na procura por trabalho e distribuição da população em desemprego oculto pelo trabalho precário, segundo experiência anterior de trabalho e atributos pessoais - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ - 1999 e 2009

Experiência anterior e atributos pessoais	Taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário (% da PEA)		Tempo médio despendido na procura por trabalho (em semanas) ⁽³⁾		Distribuição (%)	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
TOTAL	5,3	2,9	57	57	-	-
COM EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	4,8	2,6	58	57	100,0	100,0
Sexo						
Homens	6,0	3,0	58	53	69,5	62,1
Mulheres	3,3	2,1	59	62	30,5	37,9
Posição no Domicílio						
Chefe	5,3	2,6	64	61	46,0	43,8
Demais	4,5	2,6	53	54	54,0	56,2
Cônjuge	3,3	2,2	60	63	13,4	17,9
Filho	5,1	2,7	52	47	30,9	29,7
Outros	4,8	(4)	48	(4)	9,7	(4)
Faixa Etária						
10 a 17 Anos	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
18 a 24 Anos	5,4	3,1	44	36	25,3	22,2
25 a 39 Anos	5,2	2,9	59	55	44,0	46,5
40 Anos e Mais	4,0	2,0	76	78	25,7	28,4
Nível de Instrução						
Analfabeto	7,4	(4)	(4)	(4)	5,4	(4)
Fundamental Incompleto ⁽²⁾	6,6	3,8	58	60	53,5	34,7
Fundamental Completo e Médio Incompleto	5,1	3,6	56	55	22,2	25,6
Médio Completo e Superior Incompleto	3,0	2,1	59	54	16,1	34,4
Superior Completo	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
SEM EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	0,5	0,3	46	(4)	100,0	100,0
Sexo						
Homens	0,6	(4)	42	(4)	60,5	(4)
Mulheres	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Posição no Domicílio						
Chefe	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Demais	0,9	(4)	45	(4)	97,0	(4)
Cônjuge	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Filho	1,4	(4)	46	(4)	78,0	(4)
Outros	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Faixa Etária						
10 a 17 Anos	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
18 a 24 Anos	1,0	(4)	(4)	(4)	45,8	(4)
25 a 39 Anos	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
40 Anos e Mais	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Nível de Instrução						
Analfabeto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Fundamental Incompleto ⁽²⁾	0,6	(4)	(4)	(4)	49,1	(4)
Fundamental Completo e Médio Incompleto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Médio Completo e Superior Incompleto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Superior Completo	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal; (2)

Inclui os alfabetizados sem escolaridade; (3) Exclusivo os dados da PED-RMR; (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

TABELA 6
Distribuição da população em desemprego oculto pelo trabalho precário, segundo
iniciativas adotadas na procura por trabalho nos últimos 30 dias e
experiência anterior de trabalho - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ – 1999 a 2009 (em %)

Iniciativas adotadas e experiência anterior	Anos										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Procurou empresa(s), agência(s) ou sindicato(s)	61,8	58,6	60,2	62,0	62,8	63,1	65,0	65,7	66,6	63,8	65,4
Procurou o Sine	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Colocou ou respondeu anúncio(s)	4,9	6,7	5,7	4,8	5,4	5,2	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Procurou parente(s), amigo(s) ou conhecido(s)	9,8	11,5	11,8	12,1	11,5	11,1	11,4	10,7	11,2	11,4	10,4
Procurou na rua	5,0	4,6	4,5	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Fez contatos com possíveis clientes	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Outra providência	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Não procurou	15,7	15,9	15,0	15,2	15,5	15,3	14,4	14,2	13,2	14,0	13,8
Com experiência anterior de trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Procurou empresa(s), agência(s) ou sindicato(s)	62,4	59,5	60,8	62,7	63,6	63,5	65,5	66,4	67,0	64,7	66,5
Procurou o Sine	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Colocou ou respondeu anúncio(s)	(2)	6,4	5,8	(2)	5,4	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Procurou parente(s), amigo(s) ou conhecido(s)	9,7	11,1	11,4	11,7	11,2	10,9	11,0	10,2	11,0	11,3	10,3
Procurou na rua	4,9	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Fez contatos com possíveis clientes	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Outra providência	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Não procurou	15,3	15,8	14,9	14,9	15,2	15,0	14,5	14,3	13,0	13,8	13,3
Sem experiência anterior de trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Procurou empresa(s), agência(s) ou sindicato(s)	56,2	(2)	(2)	(2)	(2)	59,5	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Procurou o Sine	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Colocou ou respondeu anúncio(s)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Procurou parente(s), amigo(s) ou conhecido(s)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Procurou na rua	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Fez contatos com possíveis clientes	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Outra providência	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Não procurou	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
 INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
 URBANO ENTRE 1999 E 2009:
 UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

TABELA 7

Distribuição da população em desemprego oculto pelo trabalho precário e com experiência anterior de trabalho, segundo características da última inserção de trabalho
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ – 1999 a 2009 (em %)

Características	Anos										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Motivo da saída do último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Iniciativa da empresa	78,3	76,6	76,4	77,5	79,2	79,8	78,7	79,3	78,8	75,3	78,6
Iniciativa própria	21,7	23,3	23,4	22,4	20,7	20,0	21,1	20,6	21,2	24,5	21,3
Tempo que deixou ou perdeu o último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 2 meses	12,9	14,2	14,7	14,2	13,4	16,2	18,4	18,6	18,7	22,2	21,0
Mais de 2 a 4 meses	11,1	10,8	12,3	11,1	11,1	10,3	10,6	12,2	11,1	11,7	14,6
Mais de 4 a 6 meses	9,4	8,7	9,1	9,7	9,8	8,3	8,7	9,4	10,1	(2)	(2)
Mais de 6 a 9 meses	8,8	7,5	7,8	8,4	7,8	6,6	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Mais de 9 a 12 meses	13,9	13,1	12,7	14,1	13,2	13,1	12,1	13,4	12,7	11,6	13,1
Mais de 12 a 18 meses	7,8	6,8	(2)	(2)	6,5	6,2	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Mais de 18 a 24 meses	13,4	12,8	11,6	11,4	12,2	13,2	11,8	10,4	10,5	9,9	(2)
Mais de 24 meses	22,9	26,0	26,1	25,6	26,0	26,1	26,5	23,6	24,2	22,5	18,9
Tempo de permanência no último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 6 meses	35,7	35,6	37,8	37,9	37,1	38,6	39,8	41,3	38,8	41,2	40,7
Mais de 6 meses a 1 ano	19,7	20,6	19,7	19,7	20,0	19,1	18,1	19,0	18,2	19,3	19,1
Mais de 1 a 2 anos	18,7	18,1	17,4	17,4	17,3	16,6	16,7	15,4	16,3	15,3	16,1
Mais de 2 a 5 anos	16,2	16,0	15,7	15,7	15,9	16,6	16,3	15,6	17,0	14,9	14,4
Mais de 5 anos	9,7	9,8	9,3	9,3	9,7	9,2	9,2	8,8	9,7	(2)	(2)
Inserção no último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariado	81,1	79,7	77,3	77,3	77,4	75,8	73,6	74,8	74,3	73,4	75,4
Autônomo	10,8	11,0	12,5	12,4	12,1	13,9	15,2	14,9	14,3	15,1	14,4
Empregado Doméstico	7,5	8,5	9,2	9,5	9,6	9,6	10,4	10,0	10,9	11,1	(2)
Outras	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Setor de atividade do último trabalho	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	22,5	20,8	19,8	18,9	18,7	18,1	16,8	16,9	18,2	16,2	15,6
Comércio	15,4	15,1	14,5	14,2	14,7	15,4	15,2	14,4	14,4	15,0	15,1
Serviços	39,4	40,7	41,0	41,5	41,6	41,6	41,9	42,8	42,5	43,5	45,3
Construção Civil	14,0	13,9	14,4	14,7	14,2	14,3	14,3	14,7	12,8	13,2	13,0
Serviços Domésticos	7,5	8,5	9,2	9,5	9,6	9,6	10,4	10,0	10,9	11,1	(2)
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

TABELA 8

Taxas de desemprego, tempo médio despendido na procura por trabalho e distribuição da população em desemprego oculto pelo desalento, segundo experiência anterior de trabalho e atributos pessoais - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ - 1999 e 2009

Experiência anterior e atributos pessoais	Taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário (% da PEA)		Tempo médio despendido na procura por trabalho (em semanas) ⁽³⁾		Distribuição (%)	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
TOTAL	2,5	1,4	57	65	-	-
COM EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	2,0	1,1	59	68	100,0	100,0
Sexo						
Homens	1,3	0,6	57	64	35,1	29,3
Mulheres	2,9	1,7	61	70	64,9	70,7
Posição no Domicílio						
Chefe	1,0	(4)	74	(4)	20,2	(4)
Demais	2,8	1,5	55	65	79,8	77,5
Cônjuge	3,5	1,8	60	72	33,4	34,2
Filho	2,6	1,4	51	58	37,5	35,3
Outros	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Faixa Etária						
10 a 17 Anos	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
18 a 24 Anos	2,7	1,5	51	46	29,6	24,5
25 a 39 Anos	1,7	1,1	63	69	35,1	40,7
40 Anos e Mais	1,6	0,9	74	(4)	24,6	29,1
Nível de Instrução						
Analfabeto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Fundamental Incompleto ⁽²⁾	2,4	1,3	55	70	45,8	28,3
Fundamental Completo e Médio Incompleto	2,5	1,4	59	62	26,0	22,9
Médio Completo e Superior Incompleto	1,6	1,1	64	68	20,7	40,8
Superior Completo	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
SEM EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	0,5	0,3	45	53	100,0	100,0
Sexo						
Homens	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Mulheres	0,7	(4)	46	(4)	66,4	(4)
Posição no Domicílio						
Chefe	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Demais	0,8	0,5	45	53	98,5	96,5
Cônjuge	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Filho	1,2	0,8	42	(4)	76,4	74,2
Outros	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Faixa Etária						
10 a 17 Anos	3,8	(4)	(4)	(4)	50,4	(4)
18 a 24 Anos	0,8	(4)	(4)	(4)	38,6	(4)
25 a 39 Anos	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
40 Anos e Mais	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Nível de Instrução						
Analfabeto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Fundamental Incompleto ⁽²⁾	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Fundamental Completo e Médio Incompleto	1,0	(4)	(4)	(4)	43,5	(4)
Médio Completo e Superior Incompleto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Superior Completo	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal;

(2) Inclui os alfabetizados sem escolaridade; (3) Exclui os dados da PED-RMR; (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
URBANO ENTRE 1999 E 2009:
UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

TABELA 9
Desempregados, segundo tipo de desemprego e tempo de procura de trabalho
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ – 1999 e 2009

Tipo de desemprego e tempo de procura de trabalho ⁽²⁾	1999	2009
Desemprego Total		
Tempo médio de procura (semanas)	48	44
Classes de tempo de procura (em %)		
Total	100,0	100,0
Até 30 dias	13,8	16,4
Mais de 1 a 2 meses	10,2	12,6
Mais de 2 a 3 meses	8,7	10,0
Mais de 3 a 6 meses	18,3	20,1
Mais de 6 a 12 meses	25,9	23,1
Mais de 1 a 2 anos	15,2	10,7
Mais de 2 de anos	7,8	7,1
Desemprego Aberto		
Tempo médio de procura (semanas)	42	38
Classes de tempo de procura (em %)		
Total	100,0	100,0
Até 30 dias	16,8	19,3
Mais de 1 a 2 meses	11,6	13,4
Mais de 2 a 3 meses	8,9	10,5
Mais de 3 a 6 meses	18,7	20,5
Mais de 6 a 12 meses	24,6	21,7
Mais de 1 a 2 anos	13,3	9,3
Mais de 2 de anos	6,1	5,3
Desemprego Oculto Total		
Tempo médio de procura (semanas)	57	60
Classes de tempo de procura (em %)		
Total	100,0	100,0
Até 30 dias	8,8	9,4
Mais de 1 a 2 meses	8,0	10,6
Mais de 2 a 3 meses	8,5	8,7
Mais de 3 a 6 meses	17,6	19,2
Mais de 6 a 12 meses	28,2	26,5
Mais de 1 a 2 anos	18,5	13,9
Mais de 2 de anos	10,5	11,6

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal

(2) Exclusivo os dados da PED-RMR

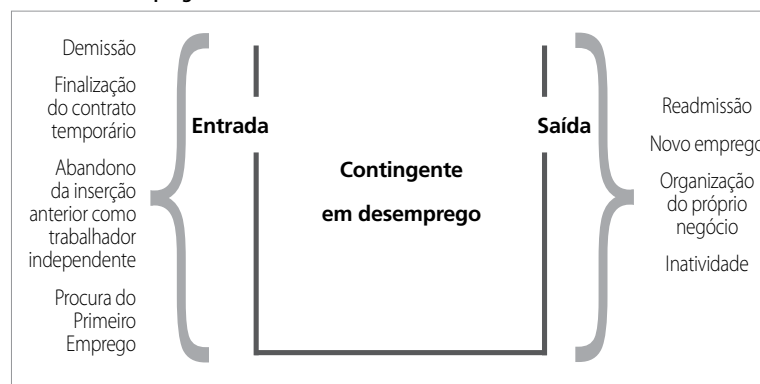
CAPITULO 4

O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO NOS GRANDES CENTROS URBANOS BRASILEIROS

Na tentativa de simplificar a complexa construção teórica de explicação do desemprego e fazer a necessária vinculação entre modelos abstratos e fatos geralmente expressos pelas estatísticas, a economia do trabalho vem desenvolvendo imagens ilustrativas. Assim, tornou-se usual o comparativo da situação do desemprego a uma piscina – um tanque que comporta um estoque ora maior, ora menor de trabalhadores que buscam uma ocupação e que mantém, permanentemente ativo, um sistema de válvulas de entrada e saída, exemplificando o fluxo ou trânsito entre as condições de ocupação/desemprego/inatividade.

Os fatores que levam o trabalhador à situação de desemprego são conhecidos: a perda de um posto assalariado, o desejo ou necessidade de substituir a auto-ocupação por um emprego com carteira de trabalho assinada, a busca pelo primeiro emprego ou por uma reinserção. Igualmente, a porta de saída do desemprego é facilmente sistematizada (Figura 1).

FIGURA 1
Piscina do desemprego



Subjacente à "piscina do desemprego" está a ideia de que, no plano individual, a condição de desocupado seja temporária: passado um período variável, de acordo com o desempenho da economia ou com características pessoais e perfis demandados pela estrutura produtiva,

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
URBANO ENTRE 1999 E 2009:
UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

Para explicar o desemprego, a economia do trabalho desenvolveu uma imagem ilustrativa: a *piscina do desemprego*.

é esperado que os desempregados transitem para ocupação ou para a inatividade. Independentemente do tamanho da piscina, haveria, dessa maneira, uma contínua substituição dos indivíduos que nela se encontram.

A individualização dos fenômenos de duração e de dimensão do desemprego para cada país e momento socioeconômico, mesmo reconhecendo que entre eles se mantém uma relação direta, remete à nova agenda de reflexão e de intervenção no mundo do trabalho. Uma agenda que se estabelece, a bem da verdade, com muita dificuldade em momentos de crise, quando o desemprego se generaliza e se torna duradouro, mas que, em épocas de recuperação econômica, torna-se viável e necessária.

A recuperação econômica do Brasil, iniciada na primeira década dos anos 2000, abre caminho para o entendimento da duração do desemprego. Afinal, a piscina do desemprego ficou menor, tornando possível tanto o exame do ritmo de entrada e saída dos trabalhadores desta condição, quanto identificar o segmento de trabalhadores aprisionados no fundo dela.

Mas, além disso, o destaque para a duração do desemprego deve servir de inspiração para a criação de uma política pública que parta da constatação do decréscimo do desemprego aberto e ampliação da rotação de trabalhadores nos postos recém-criados, e que também tenha comprometimento com o desenvolvimento de populações em situação de vulnerabilidade – sabidamente parcela dos desempregados.

Duração do desemprego nas regiões pesquisadas pelo Sistema PED

Entre 1999 e 2009, em consonância com o crescimento da produção e a consequente ampliação das oportunidades de trabalho, bem como pela influência de fatores demográficos, o desemprego diminuiu nos principais centros urbanos brasileiros.

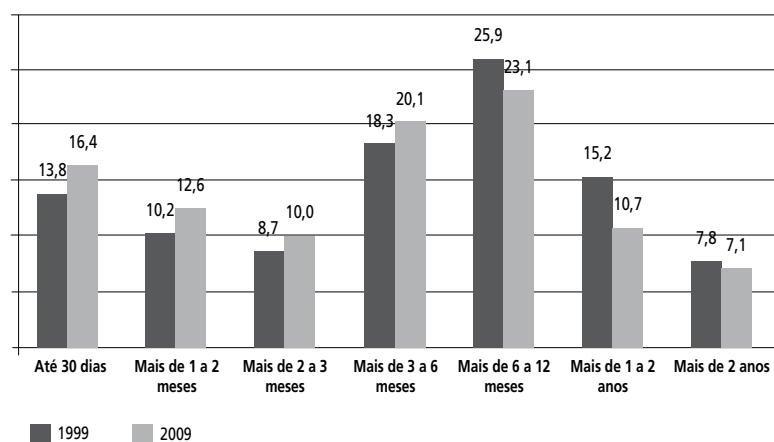
Essa melhora no mercado de trabalho também repercutiu sobre a duração do desemprego médio, que diminuiu de 48 para 44 semanas no conjunto de regiões pesquisadas pelo Sistema PED, fruto, sobretudo, do declínio do número de desempregados que procuravam trabalho por mais de seis meses. Em 1999, 48,9% dos desempregados despendiam período superior a seis meses para obter uma inserção, percentual que declinou para 40,9% em 2009.

Consideradas cada uma das classes de tempo selecionadas para análise, todavia, constatou-se que a maior parte dos desempregados continuava a consumir entre seis meses e um ano na procura pelo trabalho (23,1%, em 2009), enquanto a concentração de desempregados que passavam entre um e dois anos buscando ocupação foi a que apresentou maior declínio – passando de 15,2%, em 1999, para 10,7% dos desempregados, 10 anos depois (Gráfico 1).

Distintas pelas estratégias de procura adotadas pelo trabalhador, que empreende cadência e dedicação diferenciadas à busca pela inserção produtiva de acordo com suas condições e necessidades, as modalidades de desemprego se relevam úteis para compreensão do período em permanência na desocupação. Neste sentido, registre-se que o tempo dedicado à procura por ocupação pelos trabalhadores em desemprego oculto era praticamente o dobro do tempo identificado entre os que estavam em desemprego aberto em 2009.

Inequivocamente, há uma associação direta entre o prolongamento do período em desemprego e dificuldades vivenciadas pelos segmentos populacionais que conciliam procura por trabalho com inserções precárias ou interrompem seguidamente as abordagens típicas da busca por ocupação. Entretanto, não se pode ignorar que, durante a primeira dé-

GRÁFICO 1
Distribuição dos desempregados segundo tempo gasto na procura pelo trabalho
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

cada da recuperação do mercado de trabalho nacional - acompanhando a redução da piscina do desemprego - o tempo de imersão se comportou de forma bastante diferenciada para os trabalhadores ainda ligados às oscilações da relação emprego/desemprego e para aqueles colocados à margem das manobras da acumulação de capital e absorção de força de trabalho.

As informações captadas pelo Sistema PED ilustram esta trajetória. Os trabalhadores permaneciam em desemprego aberto, em média, 42 semanas na busca por ocupação em 1999, período que diminuiu para 38 semanas em 10 anos; por outro lado, para aqueles em desemprego oculto, este tempo aumentou, passando de 57 para 60 semanas no mesmo período. Essa discrepância reflete tanto a resistência à redução do tempo médio despendido na procura no caso dos desempregados pelo trabalho precário – que ficou estabilizado em 57 semanas - quanto o aumento do tempo em desemprego dos desalentados – de 57 para 65 semanas (Tabela 1).

TABELA 1
Tempo médio despendido pelos desempregados na procura pelo trabalho,
segundo tipo de desemprego
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em semanas)

Características	1999	2009
Desemprego Total	48	44
Desemprego Aberto	42	38
Desemprego Oculto	57	60
Pelo trabalho precário	57	57
Pelo Desalento	57	65

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Segundo a PED, para os trabalhadores em desemprego oculto, o tempo em que permaneciam em busca de uma ocupação cresceu de 57 para 60 semanas.

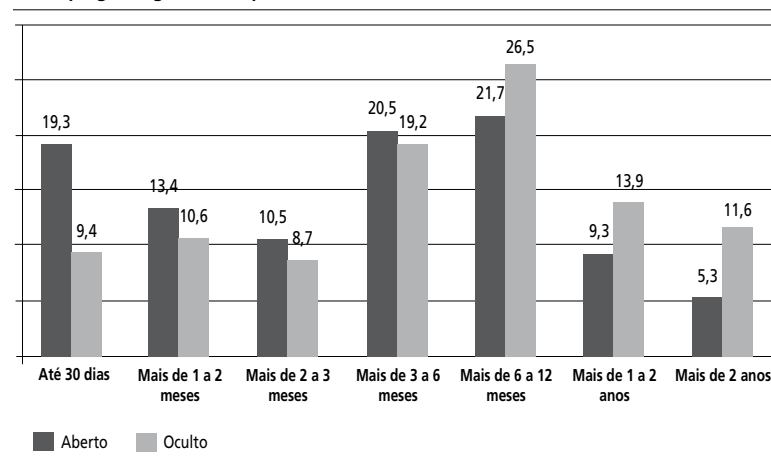
AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO,
 INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO
 URBANO ENTRE 1999 E 2009:
 UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

Em quase todas as regiões pesquisadas pela PED, diminuiu a proporção dos desempregados de longo prazo.

As médias de tempo gasto na procura de emprego refletiam a distribuição dos desempregados em diferentes classes de tempo de procura. Em 2009, independentemente da modalidade do desemprego, a maioria dos trabalhadores dedicavam-se de seis meses a um ano à procura pela inserção produtiva. Os que se encontravam em desemprego aberto, correspondiam a um quinto dos que pressionavam o mercado; já os que estavam em desemprego oculto eram mais de um quarto. As diferenças, contudo, são importantes quando se considera o período acima de um ano de procura, o que pode, para os parâmetros dinâmicos da economia brasileira e dos mercados de trabalho metropolitanos, ser chamado de longo prazo. Essa condição abarcava 14,6% dos postulantes a uma ocupação entre os que estavam em desemprego aberto, e 25,5% dos que estavam em desemprego oculto (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Tempo médio despendido pelos desempregados na procura pelo trabalho, segundo tipo de desemprego - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e DF - 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

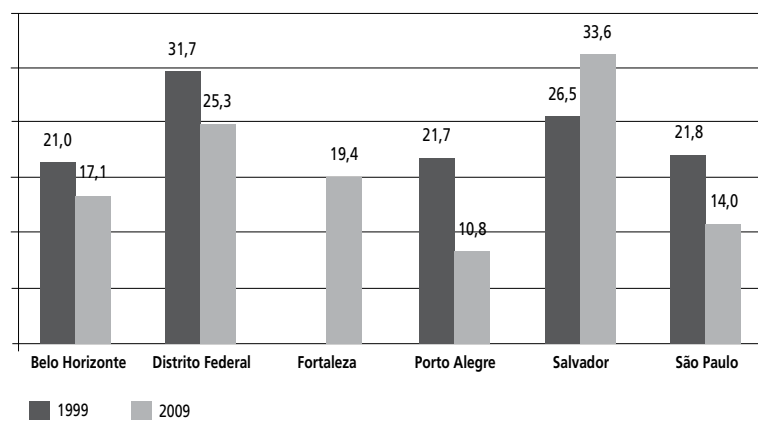
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Diminui proporção de desempregados por longo prazo

Em quase todas as regiões pesquisadas pela PED com dados disponíveis para o período 1999 e 2009 diminuiu a proporção de desempregados de longo prazo. Somente na Região Metropolitana de Salvador a parcela de desempregados com procura de trabalho por mais do que 12 meses cresceu no decênio. A Região Metropolitana de Porto Alegre registrou o maior declínio na parcela de trabalhadores desempregados por mais de um ano, de tal forma que essa proporção foi reduzida pela metade no período.

Desse modo, em 2009, a região metropolitana com maior proporção de desempregados por longo prazo foi Salvador (33,6% do total de desempregados) e a região com menor parcela foi Porto Alegre (10,8%), como se vê no Gráfico 3.

GRÁFICO 3
Proporção de desempregados com tempo de procura de trabalho superior a 12 meses
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Características dos desempregados de longo prazo no espaço metropolitano

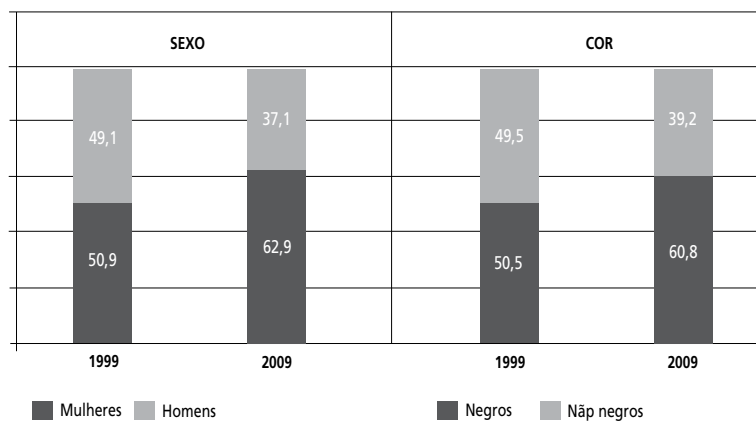
Em 1999, sob o contexto de forte desemprego, não havia predominância de sexo ou cor entre os desempregados. Praticamente a metade dos desempregados de longo prazo eram mulheres e negros.

Já em 2009, após expressiva redução do desemprego na última década, o fenômeno do desemprego de longo prazo passou a apresentar sexo e cor. As mulheres correspondiam a 62,9% dos desempregados com mais de 12 meses de tempo de procura. De forma correlata, os negros passaram a representar 60,8% dos trabalhadores que procuravam emprego por mais de um ano.

Ou seja, com a melhoria no mercado de trabalho, os segmentos mais vulneráveis segundo sexo e cor demonstraram, efetivamente, a fragilidade de sua inserção ocupacional. Mulheres e negros são, cada vez mais, preteridos no momento da contratação. E tal situação os tem conduzido à condição de desempregados de longo prazo, para os quais a reinserção no mercado de trabalho é muito mais difícil.

Em 2009, o desemprego de longo prazo passou a apresentar sexo e cor, com o predomínio de mulheres e negros nesta condição.

GRÁFICO 4
Proporção dos desempregados com tempo de procura superior a 12 meses, segundo sexo e cor - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e DF - 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

Desemprego de longo prazo diminuiu entre os chefes

Ao longo dos últimos 10 anos, diminuiu ligeiramente a proporção de chefes de domicílio na condição de desempregado de longo prazo.

Ao longo dos últimos 10 anos, diminuiu ligeiramente a proporção de chefes de domicílio na condição de desempregado de longo prazo. Os chefes eram 30,6% dos desempregados de longa duração, em 1999, e passaram a representar 26,8% deles, em 2009.

Por outro lado, aumentou a proporção de cônjuges entre os desempregados há mais de 12 meses. Em 1999, nessa condição encontravam-se 22,4% daqueles que estavam por mais de um ano procurando emprego e passaram a 27,1% no último ano analisado.

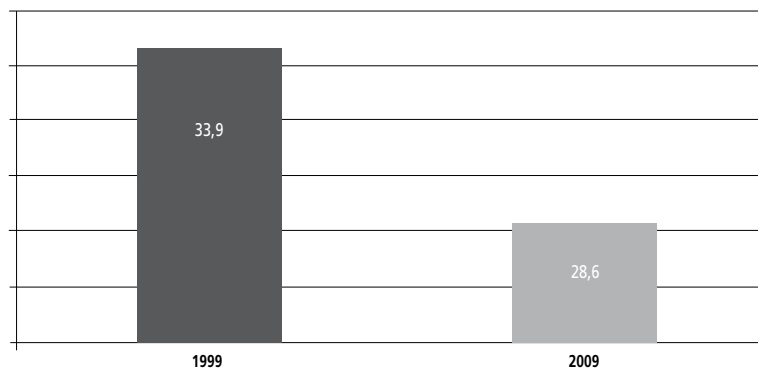
Contudo, o desemprego de longa duração ainda predomina entre os indivíduos que ocupam, no domicílio, a condição de filhos. Eles foram 37,8% dos desempregados com essa característica em 2009.

Quando a análise é feita segundo faixa etária, verifica-se que a proporção de desempregados de longo prazo com idade entre 16 e 24 anos passou de 33,9%, em 1999, para 28,6%, em 2009 (Gráfico 5). O aumento da renda familiar, devido ao maior nível de emprego e de rendimentos dos pais, elevou a proporção de jovens que se dedicam exclusivamente ao estudo por um período mais longo, o que tem contribuído para aumentar a escolaridade. Nesse sentido, a chegada de uma geração de jovens com maior grau de instrução no mercado de trabalho deve melhorar as possibilidades de inserção, afastando-os da condição de desempregados de longo prazo.

Por outro lado, aumentou a parcela de indivíduos com idade entre 25 e 49 anos que se encontrava em condição de desemprego e com tempo de procura maior que um ano, entre 1999 e 2009. No primeiro ano considerado no estudo, eles eram 54,5% das pessoas nessa situação e, no último, chegaram a 59,3% (Gráfico 6). Uma hipótese explicativa para esse fenômeno pode estar nas maiores dificuldades de inserção de indivíduos qualificados para operar em

GRÁFICO 5

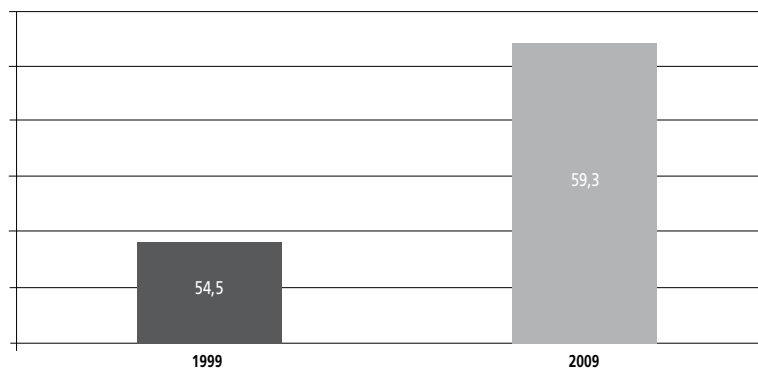
Proporção dos desempregados com idade entre 16 e 24 anos e tempo de procura superior a 12 meses - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em%)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

GRÁFICO 6

Proporção dos desempregados com idade entre 25 e 49 anos e tempo de procura superior a 12 meses - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em%)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

outra geração tecnológica. Para eles, a qualificação outrora conquistada por escolaridade ou experiência no trabalho pode não ser mais suficiente para garantir uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Talvez por esse motivo, em termos de qualificação profissional, surge com bastante força o debate em torno da “requalificação profissional” – ou seja, uma qualificação voltada para os novos desafios tecnológicos que a modernização do processo produtivo exige.

Já os desempregados de longo prazo com 50 anos e mais correspondiam a 10,2% dos indivíduos nessa condição em 1999, mas tiveram a proporção reduzida, com a amostra não

Em 10 anos, cresceu a parcela de indivíduos entre 25 e 49 anos, com mais de um ano de procura de emprego, provavelmente devido a dificuldade em operar em novo padrão tecnológico.

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO, INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO URBANO ENTRE 1999 E 2009: UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

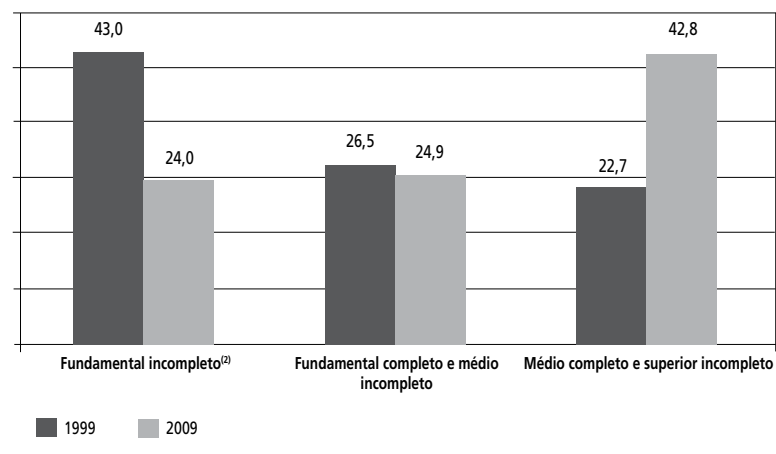
Em termos do nível de instrução, o desemprego de longo prazo apresentou forte redução na parcela de desempregados menos escolarizados.

sendo suficiente para divulgação da proporção em 2009, sugerindo a redução dessa parcela de trabalhadores. Esse movimento pode guardar relação com a valorização da experiência dos trabalhadores em um contexto de crescimento econômico (que exige trabalhadores com experiência) e elevada rotatividade (que não favorece o acúmulo de experiência).

Neste particular, vale lembrar que os indivíduos nessa faixa etária apresentam baixa escolaridade, o que os leva a repensar sua saída de um posto, pelo receio de perder competitividade ao concorrer a um novo emprego com pessoas mais jovens, notadamente, de maior escolaridade. Isso os conduz a acumular experiência, ativo valorizado no atual momento de crescimento econômico e melhoria do mercado de trabalho.

Em termos do nível de instrução, o desemprego de longo prazo seguiu, no período analisado, a mesma tendência que os desempregados em geral, qual seja, de forte redução na parcela de desempregados menos escolarizados (até ensino fundamental incompleto) e expressivo crescimento na proporção daqueles com escolaridade mais elevada (ensino médio completo e superior incompleto).

GRÁFICO 7
Proporção dos desempregados com tempo de procura superior a 12 meses, segundo escolaridade - Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo
(2) Inclui os alfabetizados sem escolaridade

Existem duas hipóteses explicativas para esse fenômeno. Pelo lado da oferta de mão de obra, houve significativo crescimento da escolaridade dos trabalhadores. Pelo lado da demanda, pesou a existência de uma procura menos dinâmica por mão de obra mais escolarizada, decorrente da estrutura produtiva exigida pelo atual modelo de desenvolvimento.

De toda forma, essa é uma importante mudança no perfil do desempregado de longo prazo, que agora é, predominantemente, de escolaridade média e alta. Esse diagnóstico coloca outra ordem de desafios para as políticas de inserção dessa população no mercado de trabalho, que exige pensar para além da apregoada política de aumento da escolaridade, que parece ter alcançado seu limite.

Entre os desempregados em geral, o motivo para a saída do último trabalho não se alterou entre 1999 e 2009, de modo que a iniciativa da empresa permaneceu sendo o principal motivo e foi apontado por 73,1% dos indivíduos desempregados em 2009.

Mesmo quando se considera o tempo de duração do desemprego, também não houve alterações substanciais quanto ao motivo para a saída na última década. Vale destacar, contudo, uma tímida sobre-representação daqueles que estão desempregados por longo prazo no que diz respeito à iniciativa da empresa como motivo para a saída. Já aqueles que se encontravam desempregados por até 12 meses estão, em comparação com os desempregados por longo prazo, mais concentrados na iniciativa própria.

A evolução e a estrutura da distribuição dos desempregados de longo prazo com experiência anterior de trabalho, por setor de atividade, reproduz, em grande medida, a evolução da estrutura de emprego metropolitano na última década. O setor de serviços, grande absorvedor de mão de obra nos grandes centros urbanos brasileiros, também concentrou 47,1% dos desempregados de longo prazo em 2009.

Entre 1999 e 2009, houve forte redução nas proporções de desempregados de longa duração com experiência anterior na indústria e na construção civil, tanto que a amostra não permite medir esse volume. Esse comportamento indica que os trabalhadores provenientes desses segmentos detêm atributos de qualificação valorizados pelo mercado de trabalho no recente ciclo de expansão do emprego (por exemplo, experiência profissional), o que os deixa menos vulneráveis à condição de desempregados de longo prazo.

No sentido contrário, a proporção de desempregados de longo prazo provenientes dos serviços domésticos aumentou na década em questão. Essa informação revela a maior resistência à reabsorção de trabalhadores desempregados com experiência de trabalho anterior nesse setor. Uma hipótese para isso é que o tipo de saber oriundo da experiência no trabalho doméstico pode não estar sendo valorizado pelas características da recente expansão do mercado de trabalho, que parece exigir outras competências (Tabela 2).

TABELA 2
Proporção de desempregados segundo tempo dispensado na procura pelo trabalho e setor de atividade da última ocupação
Regiões Metropolitanas⁽¹⁾ e Distrito Federal – 1999 e 2009 (em %)

Setor de atividade	Tempo de procura					
	1999			2009		
	Até 12 meses	Mais de 12 meses	Total	Até 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	19,7	22,3	20,4	17,7	(2)	17,2
Comércio	17,7	17,0	17,6	18,9	16,7	18,5
Serviços	40,0	42,0	40,5	47,4	47,1	47,3
Construção Civil	9,4	8,8	9,2	6,4	(2)	6,5
Serviços Domésticos	12,3	9,0	9,2	9,1	13,6	9,9
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Estão incluídas as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Entre os desempregados em geral, o motivo para a saída do último trabalho não se alterou entre 1999 e 2009.

AS MUDANÇAS DE COMPOSIÇÃO, INTENSIDADE E DURAÇÃO DO DESEMPREGO URBANO ENTRE 1999 E 2009: UM OLHAR SOBRE O DESEMPREGO DE LONGO PRAZO

Para os desempregados há mais de um ano, a proporção dos que têm experiência anterior como assalariado diminuiu de 80,0% para 75,3% na última década.

O aumento da proporção de trabalhadores assalariados entre os ocupados repercutiu sobre as características dos desempregados nas áreas metropolitanas. A proporção de desempregados com experiência anterior de trabalho assalariado cresceu de 76,8% em 1999 para 81,0% em 2009.

Porém, para aqueles que estão desempregados há mais de um ano, a proporção dos que têm experiência anterior como assalariado diminuiu de 80,0% para 75,3% na última década. Isso revela que um vínculo assalariado pode ter se tornado um requisito importante para evitar que os indivíduos permaneçam um tempo superior a 12 meses em desemprego.

A maioria dos desempregados com experiência anterior permaneceu até um ano no último trabalho (60,7% em 2009). Mas, grande parte desses trabalhadores ficou somente até seis meses (40,6%) no emprego. Esses dados indicam a existência de maiores dificuldades de inserção para aqueles que permanecem menos tempo no último trabalho, ou seja, que acumularam menor experiência profissional.

Entre 1999 e 2009, cresceu a presença dos desempregados de longo prazo entre aqueles que permaneceram até seis meses no último trabalho e diminuiu a participação deles nas faixas de permanência por mais tempo. Desse modo, torna-se mais evidente a crescente importância da maior experiência profissional enquanto fator que facilita a reinserção no mercado de trabalho.

A única exceção encontrada ocorreu na faixa de desempregados por longo prazo com cinco anos ou mais de permanência no último posto, na qual a concentração aumentou levemente na década em questão. Provavelmente, tal fato guarda relação com o desenvolvimento tecnológico do processo produtivo. A hipótese aqui levantada tem como pressuposto que os trabalhadores com maior tempo de permanência no último posto e maior tempo de desemprego têm dificuldades de inserção e ficam crescentemente mais tempo em desemprego porque, possivelmente, têm uma experiência de trabalho que, diante do desenvolvimento tecnológico, passou a não ser valorizada pelo mercado de trabalho no momento da seleção.

Busca nos meios institucionais

No período entre 1999 e 2009, ocorreu alteração quanto aos meios mais utilizados na busca de um emprego. Em relação às iniciativas adotadas pelos desempregados em geral na busca por trabalho nos últimos 30 dias, verifica-se o aumento da concentração nos meios mais institucionalizados, tais como procura em empresas, agências privadas, sindicatos, Sine ou em resposta a anúncios. Em outro sentido, as iniciativas que se valeram das redes pessoais, tal como a procura por parentes, amigos ou conhecidos, perderam participação.

A maior parte dos desempregados de longo prazo também tem recorrido ao mercado institucional para buscar uma colocação. Entre aqueles com experiência anterior de trabalho, a procura em empresas, agências e sindicatos foi utilizada por 59,0% desses desempregados em 2009. Dez anos antes, esse percentual havia sido de 56,8%. Entre aqueles sem experiência anterior, o percentual dos que utilizaram esses meios foi de 55,7% no último ano.

Vale sublinhar que os desempregados que estão sem ocupação por mais de 12 meses, ainda que estejam procurando trabalho por longo tempo, não desistem da procura, o que denota a importância de uma atividade laboral em suas vidas. Esta situação foi observada tanto entre aqueles com experiência anterior de trabalho quanto entre os sem experiência pretérita, já que mais de 80% responderam que realizaram alguma iniciativa de procura nos últimos 30 dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, que procurou sistematizar dados estatísticos (fatos) e teorias (interpretações) sobre o funcionamento da economia e o desempenho do mercado de trabalho na primeira década do recente processo de desenvolvimento brasileiro, foi possível identificar que:

1. No período entre 1999 e 2009, embora o controle da inflação tenha prevalecido como objetivo central da política econômica do Brasil muitas mudanças ocorreram. A primeira foi o abandono da âncora cambial como principal estratégia de manutenção do controle de preços, em janeiro de 1999, substituído por um sistema de câmbio flutuante e sistema de metas – de preços e superávit primário. Assim, o controle dos juros retomou papel de principal instrumento de política econômica, enquanto a formação de poupança pública como garantia da governabilidade sobre o endividamento assumiu o papel de sinalizador da consistência fiscal do país. Em seguida, a partir de 2004, um eixo secundário da política macroeconômica passou a ganhar espaço: são políticas fiscais expansionistas de matiz distributivista, altamente focadas e controladas. A recuperação do mercado de trabalho no período recente derivou dessa condução macroeconômica.

2. A inspiração teórica que orientou as decisões de política econômica recentemente no país esteve assentada em três abordagens – dos economistas neoclássicos, de Keynes e de Kalecki. O enfoque neoclássico indica que o equilíbrio macroeconômico pressupõe o ajustamento do mercado de trabalho, no qual excesso de direitos e atuação de sindicatos jogam contra a livre flutuação de salários prejudicando/impedindo o alcance da eficiência e levando ao desemprego.

Keynes e Kalecki, ao contrário, preconizam que o desempenho do mercado de trabalho deriva dos resultados macroeconômicos, mas com diferenças importantes. Enquanto Keynes desenvolveu uma teoria com base no princípio da demanda efetiva para explicar por que a livre operação das forças de mercado não é suficiente para conduzir o sistema ao equilíbrio de pleno emprego. Kalecki parte da matriz teórica marxista e chega ao mesmo princípio de demanda efetiva de Keynes com desemprego. Entretanto, o modelo kalecki-ano rompe com os principais pressupostos da teoria neoclássica e keynesiana ao discutir o processo de formação de preços em mercado de concorrência imperfeita e ainda introduz no debate o processo de distribuição de renda.

A condução atual da economia brasileira parece inspirada no desenvolvimento teórico de Keynes e Kalecki, em oposição ao ocorrido até fins da década de 90 e início dos anos 2000, quando na equipe governamental prevaleciam os seguidores da linhagem neoclássica.

3. Entre 2004 e 2009, a taxa de desemprego decresceu expressiva e generalizadamente. Para todas as regiões e segmentos populacionais investigados pelo Sistema PED foi identificado declínio da incidência do desemprego. Além disso, todas as modalidades de desemprego recuaram: o aberto, no qual há uma especialização dos trabalhadores na procura por trabalho; as formas ocultas ou disfarçadas da desocupação, quando o trabalhador em situação vulnerável associa à procura o exercício de trabalhos precários (bicos) ou não consegue sustentar uma procura continuada, interrompendo e retomando sucessivamente a busca de uma ocupação.

A redução do desemprego, porém não foi homogênea – ocorreu maior declínio da parcela oculta do desemprego. Esta situação, coerente com o processo de estruturação do mercado de trabalho, ultrapassa o esperado quanto às melhorias e circunstâncias conjunturais.

O desemprego aberto, que passou a corresponder a 70,0% da taxa de desemprego, assumiu novas características ficando gradativamente mais próximo do fenômeno da rotatividade.

DIIESE

SEADE
Fundação Sistema Estadual
de Análise e Dados

FAT
FUNDACÃO
ANÁLISE E DADOS

Ministério do
Trabalho e Emprego

BRASIL
2011-2012